



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025 (Processo Administrativo nº 03918/2025)

A Prefeitura Municipal de LAURO DE FREITAS/BA, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, através do seu Pregoeiro, designado pelo Decreto Municipal nº 5.448/2025, que realizará licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, cujo objeto é executada pelo regime de **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal**, pelo **Código de Defesa do Consumidor**, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/90**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.1. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 26/06/2025, às 14h;

1.2. LOCAL: SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.3. OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.

1.4. Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.2.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema "LICITANET", observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em [https://portal.licitanet.com.br/no menu ajuda/manuais](https://portal.licitanet.com.br/no%20menu%20ajuda/manuais) ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s).

3.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.6.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficientes para atender satisfatoriamente às exigências previstas no Termo de Referência; e considerando que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades nos serviços, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em consórcio no presente pregão.

3.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.10. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.6.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

4. CREDENCIAMENTO E ACESSO NA PLATAFORMA LICITANET

4.1 Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>



4.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Lauro de Freitas/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

4.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

4.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Lauro de Freitas/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.

4.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

4.9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.10. O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

4.11 O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

5.1 Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.



5.1.1 A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

- 5.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;
- 5.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;
- 5.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar, ainda**, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.3.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.4 A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.7. Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:

5.7.1. informar o preço unitário; para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

5.7.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

5.7.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

5.8. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

5.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 5.8.3;



5.8.3 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto nos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

5.8.4. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

5.9 Independente dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.

5.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pelo pregoeiro no sistema ou pela sua desconexão.

5.11. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O pregoeiro classificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente no sistema, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

6.2.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4. Os lances formulados deverão indicar o MENOR PREÇO POR LOTE.

6.5. Poderá ser fixado intervalo mínimo de tempo a ser observado entre as ofertas de lances.

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.7.1 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto nos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

6.8 Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9 Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance/percentual de desconto registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

6.10 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades.



6.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.11.4 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.12 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.11.1; 6.11.2 e 6.11.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.14 No caso de desconexão com o responsável pela licitação, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.

6.15 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPATES ENTRE PROPOSTAS

7.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.2. Nas condições do subitem anterior, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) relativamente à melhor proposta ou melhor lance, conforme o critério de julgamento adotado, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou em percentual de desconto superior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados após a comunicação automática para tanto.

7.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes beneficiárias do tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123, de 2006, que se encontrem naquela faixa de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.5. No caso de equivalência dos valores ou dos percentuais de descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o critério de julgamento adotado, que se encontrem nas faixas estabelecidas nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.6.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.6.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

8. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao percentual de desconto definido para a contratação ou tenha apresentado o melhor preço, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.1.1 Será aberto um prazo de 10 (dez) minutos, após o encerramento da fase de lances para a referida negociação com a empresa arrematante.

8.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, com o mesmo prazo estabelecido no subitem 8.1.1, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.1.3 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.1.4 O resultado da negociação será registrado e divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.2. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(a) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

9. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e após negociação, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

9.2 A licitante provisoriamente arrematante deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas úteis** subsequente ao da solicitação do Pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo Pregoeiro quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

9.2.1 No caso de licitação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, estas deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados juntamente com a proposta escrita conforme modelo em anexo a este edital, sob pena de não aceitação da proposta.

9.2.2. A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na legislação vigente.



9.2.3 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta da licitante provisoriamente arrematante.

9.2.4 Ficam os interessados cientes da necessidade de atender aos prazos aqui fixados, ainda que tal lhe seja facultado.

9.2.5 Em obediência Princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de que trata o item 9.2, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência sendo realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a convocação do próximo licitante tendo em vista a Ordem de Classificação.

9.2.6 Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 9.2 deste edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O conteúdo da Proposta de Preços Escrita, conforme modelo ANEXO V, deverá dispor:

10.1.1. Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do item (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;

10.1.2. O preço unitário e total de cada um dos itens cotados, em algarismo, e o total de cada lote cotado, em algarismo e por extenso, prevalecendo o primeiro caso haja divergência entre o valor unitário e o total e, entre os expressos em algarismos e por extenso, considerado este último;

10.1.3. conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

10.1.4. conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

10.1.5. conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

10.1.6. Não serão aceitos preço unitário e global do Lote, acima dos valores de Referência da Administração.

10.1.7. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

10.1.8 Deverá apresentar marca do produto cotado.

11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1 O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.1.1. A consulta realizar-se-á em nome da licitante de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

11.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

11.2 Será desclassificada a proposta arrematante que:

11.2.1. conter vícios insanáveis;

11.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.2.3. apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



11.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

11.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

11.4 Para fins de comprovação de **exequibilidade**:

11.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.4.1.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem 11.3.1, só será considerada após diligência do responsável pela licitação, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.4.1.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.5. Em licitação para contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima e daqueles presentes no Termo de Referência, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:

11.5.1. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.2. Serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021 (art. 59, §5º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o responsável pela licitação poderá colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada nesse objeto.

12. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência da aquisição com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. Pois, esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração Ademais, a opção pelo Sistema de Registro de Preço originário de Pregão Eletrônico, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo o fato da existência de facultatividade na contratação dos produtos e serviços do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis. Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados, levando em consideração o desgaste natural. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda.



12.2 Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

12.2.1 A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

12.2.2 A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha participado do certame licitatório, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

12.2.3 O beneficiário do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão gerenciador do sistema, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa o fornecimento das quantidades já registradas.

12.2.4 As aquisições adicionais a que se refere o item 12.2.1 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

12.2.5 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o item 12.2.1 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.2.6 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

12.2.7 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

12.3 A CONTRATANTE formalizará seu pedido de fornecimento por meio de contrato ou instrumento equivalente.

12.4 A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

12.5 Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (ANEXO I) e da própria Ata de Registro de Preços (Anexo VI).

12.6 As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

12.7 O Órgão Gerenciador acompanhará a evolução das condições de mercado dos preços registrados.

12.8 Os preços registrados serão considerados compatíveis com os de mercado se forem iguais ou inferiores à média daqueles apurada em pesquisa.

12.9 Sendo o preço registrado na Ata de Registro de Preços superior à média de preços do mercado, o Órgão Gerenciador solicitará, mediante correspondência, novas propostas de preço às empresas beneficiárias do registro.

12.10 Caso os novos preços propostos permaneçam superiores à média dos preços de mercado apurada em pesquisa, o fato será registrado nos autos do processo, promovendo-se a contratação da aquisição por meio de nova licitação, assegurada às empresas beneficiárias do registro a preferência na contratação quando o menor preço/maior desconto obtido no certame for igual ao registrado.



12.11 Caso os preços registrados e os obtidos em nova licitação permaneçam superiores à média de preços de mercado apurada em pesquisa, poderá ser feita a contratação direta, com dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso III, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

13.2 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

13.4 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;

13.5 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o IPCA;

13.6 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

14. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

14.1 As Atas de Registro de Preço serão firmadas entre Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas e as licitantes vencedoras.

14.1.1 Serão incluídos na Ata de Registro de Preços os licitantes que aceitarem cotar os serviços em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2 As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

14.3 A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

14.4 As licitantes remanescentes convocados na forma do item 14.3, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades mencionadas no item 24.

14.5 O órgão gerenciador poderá admitir a inclusão superveniente de novas empresas para os itens constantes da ata de registro de preços, desde que observadas as condições estabelecidas no edital, a ordem de classificação constante da ata e as condições oferecidas pelo primeiro colocado da licitação.

14.5.1 A admissão de novas empresas referida no item 14.5 deve ser publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Boletim Oficial do Município de Lauro de Freitas/BA, e será permitida nas seguintes hipóteses:

- a) quando, por peculiaridades de mercado, o quantitativo total estimado não for atingido no momento da licitação;
- b) quando o quantitativo total estimado sofrer acréscimo decorrente da ocorrência de fato superveniente devidamente justificado pela autoridade competente do órgão gerenciador.



14.5.2 A inserção de novos fornecedores para o item registrado ocorrerá mediante admissão, submetida à concordância dos demais fornecedores, que deverão se pronunciar, obrigatoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação de documento devidamente formalizado por representante legal da empresa com poderes “ad judícia” e “ad negocia”.

15. HIPÓTESES DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

15.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

15.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 24.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.1.5 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.2 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.3 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.3.1 Por razão de interesse público;

15.3.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

16. DA HABILITAÇÃO

16.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

16.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

16.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.**

16.4 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

16.5. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

16.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 16.7. deste edital.

16.7 Dos documentos que compõem a **habilitação**:

16.7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:



16.7.1.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

16.7.1.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.7.1.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.7.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.7.1.5 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

16.7.1.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.7.1.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

16.7.1.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.7.2 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

16.7.2.1 Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

16.7.2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);

16.7.2.3 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte;

16.7.2.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

16.7.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

16.7.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

16.7.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

16.7.3.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);



16.7.3.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

16.7.3.3.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

16.7.3.3.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

16.7.3.3.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

16.7.3.3.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

16.7.3.4 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

16.7.3.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

16.7.3.6 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

16.7.4 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

a) Não serão aceitos “**protocolos de entrega**” ou “**solicitação de documento**” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

16.7.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.7.5.1 Comprovação de qualificação técnica operacional mediante a apresentação de pelo menos 01(um) atestado expedido necessariamente em nome da licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com objeto da licitação:

a) O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da eminente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas, quantidade de produto fornecido equivalente ao contratado e período de contratação;

b) Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da concorrente ou pela própria concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da concorrente.

16.7.6 OUTROS DOCUMENTOS

16.7.6.1 Folders ou catálogos para fins de análise e aceitação do produto ofertado. Outrossim, a não apresentação dos folders e catálogos na plataforma implicará na desclassificação da proponente.

16.7.6.2 Os fornecedores devem apresentar, juntamente com a proposta, cópia autenticada do Certificado de Aprovação-CA dos respectivos equipamentos, nos termos da Norma Reguladora (NR) 06, portaria 3.214/78, compulsoriamente e/ou expressos neste ETP, TR e anexos.

16.7.6.3 A contratada deverá comprovar conter os documentos a seguir relacionados:

a) declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação



17. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

17.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

17.2. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.2.1. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o(a) Pregoeiro(a) poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

17.2.2. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

17.3. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

17.4. Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 17.2.

17.4.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

17.4.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

17.4.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

17.4.4 A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

17.4.5. A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

17.4.6. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

17.4.7. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

17.5. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

17.6. Caso a licitante não atenda às exigências de habilitação o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

18. DOS RECURSOS

18.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

18.1.1. **Recurso Hierárquico** em face de:

- a) julgamento das propostas;
- b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) anulação ou revogação da licitação;



18.1.2. **Pedido de reconsideração**, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

18.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante (alínea b), serão observadas as seguintes disposições:

18.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

18.2.1.1 A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

18.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos ao(à) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

18.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso 03 (três) dias úteis e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

18.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

18.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

18.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

18.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail copelsecad@laurodefreitas.ba.gov.br, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

18.5.1 A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

18.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

18.8. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

19. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

19.1 A Gestão da Ata de Registro de Preços ou Contrato ficará a cargo da Secretaria da Administração.

19.2 A Fiscalização da Ata de Registro de Preços ou Contrato ficará a cargo da Secretaria da Administração, com a responsabilidade pela fiscalização do servidor Silas dos Santos Reis, com a matrícula nº. 120789.

19.3 A gestão e fiscalização dos serviços ficará sob responsabilidade do representante designado pela SECAD e da Comissão designada através de Portaria para tal finalidade, que estará disponível para maiores dúvidas e informações.

19.4 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

19.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.



19.6 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

19 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

19.8 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

19.9 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

19.10 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

19.11 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

19.12 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

20. DOS PRAZOS

20.1. O Registro de Preços terá duração de 12 (doze) meses contados a partir da data de publicação da Ata na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade;

20.2 O instrumento contratual que vier a ser celebrado durante a validade da Ata de Registro de Preço, poderá ter vigência de até 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, se for de interesse da Administração, conforme Art. 106, da Lei 14.133/2021.

20.3 A duração do contrato poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme Art. 107, da Lei 14.133/2021.

20.4 Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, contados do recebimento da ordem de fornecimento.

21. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

21.1 Recebimento

21.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

21.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

21.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

21.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



21.1.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

21.1.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

21.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

21.2 Liquidação

21.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

21.2.1.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

21.2.2.1 o prazo de validade;

21.2.2.2 a data da emissão;

21.2.2.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

21.2.2.4 o período respectivo de execução do contrato;

21.2.2.5 o valor a pagar; e

21.2.2.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

21.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

21.2.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.2.5 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

21.2.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

21.2.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

21.2.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

21.2.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

21.3 Prazo de pagamento

21.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

21.4 Forma de pagamento

21.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

21.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



21.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

21.4.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22. DAS OBRIGAÇÕES

22.1 DA CONTRATADA

22.1.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

22.1.2 Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

22.1.3 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca;

22.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

22.1.5 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

22.1.6 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

22.1.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

22.1.8 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

22.1.9 Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

22.1.10 Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos utilizados para a prestação de serviços, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe ainda a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligência resultante da prestação do serviço.

22.2 DA CONTRATANTE

22.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;

22.2.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

22.2.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

22.2.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

22.2.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

22.2.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

22.2.7 À SECAD fica reservado o direito de paralisar ou suspender a qualquer momento a execução do contrato, caso haja qualquer infringência das normas legais ou procedimentos aplicados.

23. DAS PENALIDADES

23.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i)** fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- d) Multa:**
 - (1)** moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
 - (2)** multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
 - (3)** compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

23.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

23.4. Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

23.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

23.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

23.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

23.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para a Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão



apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

23.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

23.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

23.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

24. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

24.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> ou do endereço eletrônico copelsecad@laurodefreitas.ba.gov.br.

24.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> e publicada no Diário Oficial.

24.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

24.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

25. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

25.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

25.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

25.3 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

25.4 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

25.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

25.4.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.



25.5 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

25.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

25.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

25.8 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

26. DA SUBCONTRATAÇÃO

26.1 Não poderá subcontratar.

27. DO REAJUSTE

27.1 Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados anualmente, a contar do orçamento estimado, salvo dispositivo legal que de outro modo discipline a matéria ou no caso de desequilíbrio econômico-financeiro na relação contratual;

27.2. Adota-se o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou, na falta deste, o que vier a substituí-lo para correção do valor inicialmente contratado;

27.3. Com vistas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida, a qualquer tempo, a revisão do preço inicialmente contratado, desde que, em eventuais solicitações nesse sentido, a CONTRATADA comprove a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

28. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

28.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

28.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

28.2.1 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

28.2.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

28.3 A gestão e fiscalização dos serviços ficará sob responsabilidade do representante designado pela SEMDESC, através de Portaria para tal finalidade.

28.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).



28.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

28.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

28.7 Serão exigidas a Certidão Negativa de Débitos (CND) referente a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), a Certidão Negativa de Débitos Estaduais (CNDE) e a Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM).

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1 Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

29.2 Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.

29.3 As referências de horário correspondem ao horário oficial da Bahia.

29.4 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

30. FORO

30.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

31. ANEXOS DO EDITAL

31.1 Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
ANEXO III	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA
ANEXO IV	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO
ANEXO V	DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ANEXO VI	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
ANEXO VII	MINUTA DA ATA
ANEXO VIII	MINUTA DO CONTRATO

36.2 – Este Edital contém 94 (noventa e quatro) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Lauro de Freitas /BA, 10 de junho de 2025.

ERIVANA BRAGA DE SOUZA
Pregoeira



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para garantir a segurança e bem-estar dos funcionários da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Com o intuito de manter o pleno funcionamento das atividades administrativas internas e de atendimento ao público sempre primando pela excelência no atendimento ao cidadão, a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas e suas Secretarias Municipais, vê-se diante da necessidade de Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), de modo a suprir às necessidades que porventura possam surgir bem como das Secretarias Municipais em atender suas demandas;

2.2 Com uma aquisição adequada e planejada de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), a Prefeitura pode assegurar a regularidade no abastecimento das secretarias, evitando falhas que possam comprometer a qualidade dos serviços públicos. A contratação visa garantir que as secretarias envolvidas sejam prontamente abastecidas com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários para a execução de suas atividades, promovendo um ambiente de trabalho estruturado e com qualidade.

2.3 Dessa forma, a contratação de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) é uma necessidade prioritária para a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, visto que afeta diretamente a prestação de serviços fundamentais para a população. O fornecimento contínuo, de qualidade e em quantidade adequada é crucial para garantir o funcionamento pleno das atividades administrativas internas das secretarias municipais.

3. ESPECIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	Und. Med.	Qtd	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Apito de Metal , longo, de segurança, confeccionado em napa sintética, tiras do mesmo material para prender no pescoço e nas costas, na cor branca, com cordão mosquetão, potência em torno de 105 DB (decibéis), com esfera de cortiça, alcance audível em torno de 100 metros.	Und	200		
02	Avental de Napa , longo, de segurança, confeccionado em napa sintética, tiras do mesmo material para prender no pescoço e nas costas, na cor branca.	Und	50		
03	Avental tipo barbeiro , com emendas é confeccionado em raspa de couro bovino curtido ao cromo, costurado com fio 100% algodão ou aramida. Possui tiras laterais em raspa, indicadas para fixação e ajuste do avental, com elásticos de ajustes no cano da manga, proporcionando segurança e facilidade de uso. Indicado para uso em atividades que envolvam riscos ao usuário quanto à abrasão e escoriações, como:	Und	02		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	atividades de solda, indústrias metalúrgicas, siderúrgicas e marmorarias.				
04	Bota Cano Curto , em borracha antiderrapante, calçado ocupacional tipo bota, confeccionado em PVC injetado e impermeável, acabamento interior em meia de poliéster, cor branca, em conformidade com a NR 6, NBR ISO 20344:2008, NBR ISO 20345:2008 (de segurança) NBR ISO 20346:2008, tamanho 37 a 44.	Par	2.000		
05	Bota Cano Curto , em borracha vulcanizada, calçado de segurança de uso profissional tipo impermeável, preta sem biqueira, confeccionado em borracha vulcanizada, acabamento interno em tecido, alta resistência a rasgamento, tamanho 37 a 44.	Par	140		
06	Bota Cano Longo , em borracha antiderrapantes, calçado ocupacional de uso profissional, tipo bota PVC impermeável, inteiro polimérico, confeccionado em policloreto de vinila, sem biqueira, propriedades antiderrapantes em conformidade com a NR 6, NBR ISO 203:2008, NBR ISO 20345:2008 (de segurança), NBR ISO 20346:2008, tamanho 37 a 44.	Par	300		
07	Bota Cano Longo , em borracha vulcanizada, calçado de segurança de uso profissional, tipo impermeável, na cor preta, sem biqueira, confeccionado em borracha vulcanizada, acabamento interno em tecido, alta resistência a rasgamento, possuir reforço externo na altura da canela e do pé e solado com desenhos antiderrapantes, reforça especial no salto e enfraque para maior durabilidade, tamanho de 37 a 44.	Par	40		
08	Bota Cano Médio , em borracha vulcanizada, calçado de segurança de uso profissional, tipo impermeável, na cor preta, sem biqueira, acabamento interno em tecido, alta resistência a rasgamento, possuir reforço externo na altura da canela e do pé e solado com desenhos antiderrapantes, reforça especial no salto e enfraque para maior durabilidade, tamanho de 37 a 44.	Par	42		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

09	Bota de Couro, calçado ocupacional, tipo botina , sem biqueira, confeccionado em couro curtido ao cromo, fechamento em elástico, palmilha de montagem em não tecido, solado de poliuretano monodensidade, tamanho de 37 a 45.	Par	06		
10	Bota de Couro, em vaqueta hidrofugada com elástico nas laterais , biqueira de aço, acolchoada no peitoral, palmilha antimicrobiana, solado em PU bidensidade de raspa interno, tamanho de 37 a 44.	Par	1.243		
11	Bota em PVC , preta no solado amarelo, impermeável, de uso profissional, confeccionado em policloreto de vinila (PVC), injetado em uma só peça, cano de 25 a 28 cm, tamanho de 37 a 46.	Par	30		
12	Calça em Trevira , KP 400, com cadaço para ajuste na cintura, cor amarela, acoplada a bota de PVC Nº 38 a 48, Número da Calça 42 a 48.	Und	1.239		
13	Camisa de Proteção UV, mínimo 50 , manga longa, cor amarelo, tamanho G.	Und	1.324		
14	Camisa de Proteção UV, mínimo 50 , manga longa, cor amarelo, tamanho GG.	Und	1.305		
15	Camisa de Proteção UV, mínimo 50 , manga longa, cor amarelo, tamanho EXG.	Und	693		
16	Capa de Chuva, em vinil, com capuz, manga longa , incolor, com logomarca e o nome da secretaria solicitante em silk, tamanho M a GG, fechamento frontal através de botões de pressão e costuras através de solda eletrônica.	Und	222		
17	Capa de Chuva, para Motoqueiro , impermeável em tecido de nylon emborrachado com PVC, costuras seladas com fita termo adesiva, prático, seguro 100% à prova d'agua, com faixa refletivas.	Und	26		
18	Capa de Chuva, com capuz , manga longa, em PVC forrada, na cor amarelo, com logomarca e o nome da secretaria solicitante em silk, tamanho M a GG.	Und	10		
19	Capa de Chuva, com capuz, manga longa, para Guarda Municipal impermeável em nylon, tipo militar, na cor azul marinho, com logomarca	Und	20		



	da Guarda Municipal de Lauro de Freitas nas costas, e distintivo na frente do lado direito, com dois bolsos laterais, acondicionado em um porta-capa com duas alças reforçadas de 6 cm x 3 cm, para ser colocado no cinturão.				
20	Capa de Chuva, em tecido composto 100% nylon Rip-Stop , na cor laranja ou verde, com recobrimento 100% poliuretano micro poroso (respirável 2.000 G H ₂ O/M ² /Dia pelo método ASTM e 96), com gramatura de 98G/M ² (+ ou 5%), com impermeabilidade de 3.000 mm, coluna de água (Método AATCC 127), encolhimento máximo 3% (método ASTM E 135), com tamanhos de 1,50 m (GG), 1,30 m (G), 1,10 m (M), com pala e capuz, com ajuste de cordão, fechamento frontal por meio de velcro, com extensão do capuz até 45 cm da barra, mangas compridas com acabamento em elástico no punho, duas aberturas frontais diagonais nas laterais da capa na altura da cintura, com proteção anti-chuva, porta capa confeccionado na mesmo material, com passador para o cinto, o interior da capa deverá possuir um forro anti transpirante em tecido preto tipo tela, revestindo toda a área do tronco e braços, material retro refletivo que comporá a capa deverá ser a base de elementos micro prismáticos, termo ativados metalizados e totalmente afixados no nylon por processo térmico de pressão e calor, isento de costura e de solda eletrônica nas laterais, a cor do elemento retro refletivo deverá ser prata, refletindo sua cor prata a noite com intensidade mínima de 1.500 cand.	Und	2.000		
21	Capacete de Segurança , classe A-B, aba frontal, modelo 03 nervuras, injetado em polietileno de alta densidade, sem suspensão e jugular, em cores azul, branco, amarelo e vermelho.	Und	50		
22	Chapéu , modelo legionário australiano, aba fixa, com proteção solar na nuca, cordão regulador, dois boões laterais, fabricado 100%, em algodão, com forro 100% polipropileno.	Und	222		



23	Cinta para transporte de Moto , planas, confeccionadas com fibras sintéticas de alta tenacidade, para fixar cargas a bordo de veículos, em polipropileno de alto tencionamento, dentro das normas ABNT NBR 15883, fácil manuseio, costura reforçada, para carga de aproximadamente 400 kg, medindo aproximadamente 25 mm por 2,0 metros, com ganchos em J.	Und	08		
24	Cinto de Segurança, tipo paraquedista CG 780 E , regulação da cintura, pernas, argola em D dorsal para ancoragem, tiras em verde na parte superior e preta nas pernas para facilitar a colocação, costuras em zig zag, em cor contrastante com a tira para facilitar a inspeção, tiras em poliéster.	Und	05		
25	Cinto Lombar , para carregadores e estoquistas, suspensórios removíveis com fivela de sistema patenteado que se desconectam, por motivo de segurança, com esforço superior a 3,0 kg, aproximadamente, 04 hastes de polímero flexível especial com memória para dar melhor contorno e suporte a legião lombar, área de contorno anatômico em torno do quadril, evitando que haja dobramento do material quando em posição curvada e sentada, 04 dispositivos anti deslizantes, faixa lateral removíveis, faixa interna com velcro para ajuste adicional de tamanho, a base confeccionada em material LYCR, altamente transperável e confortável, em conformidade com a NR 17.	Und	800		
26	Colete em Brim , personalizado com a logomarca da Defesa Civil, na cor laranja, tamanho G, regulamentado pela NBR - ABNT.	Und	20		
27	Colete Refletivo, confeccionado em poliéster laranja ou verde, fluorescentes , faixas refletivas duplas, fechamento frontal em zíper com logomarca da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas - Secretaria.	Und	278		
28	Colete Refletivo, confeccionado em tela 100% fio de poliester , alveolo em forma hexagonal, tamanhos M, G, GG e XG, Descrição 1 - Colete refletivo, confeccionado em tela	Und	50		



<p>100% fio de poliester, alveolo em forma hexagonal, tingimento em turbo com corante ácido, pré-fixado de poliester por estabilização em rama, com aplicação de resina em rama, na cor caqui, 90 grs/m2, com resistência ao rasgamento, superior a 35 newtons pela ISO 4674-1:2003 - (Método A) - (Procedimento CETIM-LCPP-PE-1111), comprovado por laudo técnico emitido em nome do proponente (original ou cópia autenticada), tamanhos M, G, GG e XG, para Guarda Municipal de Lauro de Freitas - GMLF; 2 - Requisitos particuladas: deverá ter em cada placa frontal, 03 (três) faixas horizontais em tecido de poliester metalizado retrorrefletivo microprismático, cor amarelo limão fluorescente, com 05 (cinco) cm de largura cada, sendo um formando a base do colete, outra na altura do peito, a aproximadamente 12 cm do ombro e outra dividindo o espaço existente entre essas duas faixas. Todas as faixas deverão estar presas ao colete por meio de costura ponto corrente, o posicionamento das faixas dorsais deve ser o mesmo das faixas frontais, o refletivo deverá possuir coeficiente de retroreflexão mínima de 1.000 candelas/lux/m2, em seu ângulo principal, ou seja, ângulo de entrada de 5 graus e ângulo de observação de 0,02 graus, o coeficiente de retrorreflexão deverá ser comprovados por laudo técnico (original ou cópia autenticada) emitido em nome do proponente por laboratório capacitado para tanto, além do coeficiente de retrorreflexão deverão constar obrigatoriamente no Laudo, a constituição do refletivo, a cor e código do refletivo utilizado na confecção do colete, a empresa deverá também comprovar através de laudo técnico (original ou cópia autenticada), emitido em seu nome que o refletivo utilizado na confecção do colete atenda as normas contidas na ABNT NBR 15292, exigências de desempenho físico e fotométrico para materiais retrorrefletivos, o colete deverá ser debruado em toda a sua extensão</p>				
--	--	--	--	--



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

<p>por vies de poliéster de 20 mm de largura na cor marrom café e ter nas laterais 01 (um) elástico de cada lado, de 6 cm de largura, 25% poliéster e 75% elastodieno, na cor azul petróleo ou prata, o fechamento frontal devará ser por meio de dois botões de pressão plásticos na cor amarelo-esverdeado fluorescente, tendo entre eles um velcro de 20 mm de largura por 06 cm de comprimento, 65% poliéster e 35% poliamida, na cor azul petróleo ou preta, acima da primeira faixa esquerda frontal, a uma altura de 1,0 cm em relação a referida faixa, centralizada na altura do peito, aposição do brasão da Guarda Municipal de Lauro de Freitas, que deverá ser retrorrefletivo microprismático, na cor cristal, revestido por laminado de PVC 0,20 mm, na cor branca, fixada sobre a tela, todos os dizeres e grafias contidos no brasão deverão ser impressos no mesmo por meio de silkscreen, pelo lado interno do refletivo, tamanho padrão 8,0 cm de comprimento por 8,0 cm de largura, na faixa direita frontal, altura do peito, a posição de um velcro fêmea, 65% poliéster e 35% poliamida, na cor azul petróleo ou preta, a fim de receber a tarjeta de identificação do Guarda Municipal usuário, que será afixado ao colete por meio de costura ponto corrente, no tamanho de 120 mm x 20 mm de largura, na faixa dorsal superior, o dizer GUARDA MUNICIPAL, em letra IMPACT, altura da letra 3,0 cm, centrada em relação as extremidades do colete, na faixa frontal central direita o dizer GUARDA, em letra maiúscula, fonte IMPACT, altura da letra 3,0 cm, impressa a 4,5 cm do fechamento central, na faixa frontal central esquerda o dizer MUNICIPAL, em letra maiúscula, fonte IMPACT, altura da letra 3,0 cm, impressa a 4,5 cm do fechamento central, os dizeres acima deverão ser impressos no colete pelo processo de silkscreen, na cor preta, ser acondicionadas individualmente em plástico de boa qualidade e</p>				
--	--	--	--	--



	embaladas em caixas de papelão resistente, contendo no máximo 50 (cinquenta) unidades de cada, deve vir um folheto explicativo individual para cada peça, com fotos demonstrando passo a passo a forma de dobragem dos coletes, a fim de garantir um melhor armazenamento e consequente durabilidade do produto, exatamente, cada caixa deverá conter as seguintes inscrições, nome da empresa fornecedora, número do manequim, unidade de fornecimento.				
29	Cone de Sinalização , medindo 75 cm, cor laranja e branco, material resistente, injetado em policloreto de vinila (PVC), com duas faixas brancas refletivas, com 08 sapatas, conforme NBR 15071, medindo 40 x 40 cm.	Und	355		
30	Conjunto para Chuva, em nylon naval , emborrachado, reflexivo, cor laranja com logomarca da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, composto por jaqueta com capuz, fechamento frontal todo em velcro, 04 botões de pressão, mangas compridas com elástico com punhos, calça com ajuste na cintura por elástico e cordão de nylon.	Und	210		
31	Fita Zebrada , para demarcação de 70 mm x 100 metros.	Und	280		
32	Lanterna Holofote , recarregável, mínimo de 15 leds.	Und	14		
33	Luva antiestática , embalagem com 3 pares, tricotada com fios de poliamida (nylon); Dissipativa; sem costura; face palmar revestida em polietileno dissipativo; Punho com elástico; Excelente sensibilidade tátil; Forma anatômica; Tamanho G.	Par	04		
34	Luva, confeccionada com borracha em PVC, de alta qualidade, tamanho do cano 36 cm , forrada com malha de algodão, com palma aspera para melhor aderência a objetos úmidos e oleosos, cor verde.	Par	50		
35	Luva, confeccionada com borracha em PVC, de alta qualidade, tamanho do cano 46 cm , forrada com malha de algodão, com palma aspera para melhor aderência a objetos úmidos e oleosos, cor verde.	Par	350		
36	Luva, de proteção , com palma confeccionada em vaqueta integral	Par	400		



	dorso, espessura 8/10 linhas, e o dorso em lona vinilica, modelo petroleira, com reforço interno na palma, acabamento o punho em viés, com elástico de ajuste no dorso.				
37	Luva, pigmentada curta , confeccionada em malha de alagadão tricotada com pigmentos de PVC em uma face, acabamento em overloque, com elásticos no punho.	Par	3.058		
38	Máscara, contra gases , respirador semi facial não descartável, para 2 cartuchos, com elásticos fixas reguláveis para cabeça e pescoço, vedação em borracha e ou silicone para o rosto.	Und	47		
39	Máscara, descartável , para proteção das vias respiratórias contra partículas, poeiras, névoas e fumos, tais como amianto, cal, cimento, celulose, fibras têxteis, minério e ferro, minério de carvão, sabão em pó, talco e outras partículas com limite de tolerância acima de 0,05 mg/m ³ . Caixa contendo 50 unidades	Caixa	569		
40	Óculos de Proteção , lente incolor de policarbonato, haste com ajuste telescópio, modelo Rio de Janeiro.	Und	863		
41	Perneira de Segurança , confeccionada em material sintético dublado, costuras em solda eletrônica, metatarso em material sintético, talas em PVC rígido, sem componentes metálicos, sem furos laterais.	Par	704		
42	Protetor Auricular, em PVC, espuma , tamanho único com cordão reutilizável, do tipo inserção, composto de um eixo de 03 flanges maciças e cônicas, todas de dimensões variáveis, contendo um orifício no seu interior, moldável a diferentes canais, com caixa plástica, em conformidade com ANSI. S 12.6/2008.	Und	2.000		
43	Protetor Auricular, em PVC, tipo plugue , confeccionado em silicone de grau farmacêutico.	Und	36		
44	Protetor facial face shield Lorben , Antiembaçante Transparente Proteção Total Material: Policarbonato, silicone, Dimensões do produto: Altura: 18,5cm, Largura superior: 17cm, Largura inferior: 11cm, Peso do produto: 165g.	Und	05		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

VALOR TOTAL					R\$ 1.292.445,54
LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MED.	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Capacete para Motociclista , articulado, construído conforme a Norma Específica NBR 7471/2001, possuindo o Certificado junto ao INMETRO (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), possui um sistema próprio o qual permite que a queixeira seja aberta através de acionamento único frontal, tornando o capacete originalmente integral (fechado) em um capacete Jet (aberto), este sistema está registrado no INPI através de Modelo de Utilidade, Carco: injetado em ABS Queixeira; injetado em ABS Pintura; na cor branca, com vernizes a base Poliuretano bi-componente; Ventilação: situada na queixeira, proporcionando o desembacamento da viseira, além da troca de calor na parte interna do capacete; Viseira: confeccionada em policarbonato (PC), com a espessura mínima de 1,5 mm; Acionamento da Viseira: manual, com catraca que proporciona os estágios de abertura; Proteção do Maxilar: confeccionada em borracha EVA conformada com a espessura mínima de 10 mm; Proteção Auricular: confeccionada em borracha EVA, com a espessura de 5 mm; Proteção Interna: berço fabricado em STYTOPOR (isopor) expandido, forrado com espumas de conforto nas espessuras de 5, 10 e 15 mm, com densidade 26, sendo estas espumas dubladas com tecido anti-alérgico; Sistema de Retenção: constituída de 100% polipropileno, construída de forma tubular para que não apresente rupturas ocasionadas pelos constantes atritos, bem como não propicie o alongamento maior que o permitido na norma específica (NBR 7471/2001), com a largura mínima de 20 mm, sendo esta cinta costurada a ancoras estampadas em aço, fixadas ao casco através de rebites aplicados por máquinas automáticas, o fechamento	Und	16		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	<p>propriamente dito, poderá ser efetuado pelo sistema de "engate rápido" ambos aprovados pelos ensaios previstos na norma específica; Decoração Específica: cor branca, Adesivagem: 1) Adesivos com tratamento de verniz UV com as seguintes características, Brasão da Guarda Municipal de Lauro de Freitas - GMLF (brasão da GM deve ter o tamanho ajustado para preencher o espaço entre as letras G e M) em sua parte posterior medindo 40 mm de altura por 50 mm de largura, ladeados pelas letras "G" e "M" medindo 45 mm de altura e 10 mm de largura, possuirá ainda faixa de 30 mm de largura na cor prata refletivo grau técnico em todo o seu entorno a partir das letras "G" e "M", e com os dizeres Guarda Municipal vazado na parte anterior, deve possuir três faixas com as cores da bandeira do município conforme anexo, Embalagem: as peças devem ser acondicionadas em sacos de kami individuais, e em embalagens coletivas de papelão, contendo 10 (dez) unidades cada, com as seguintes informações externamente, nome da empresa fornecedora, conteúdo, tamanho, número da nota fiscal de fornecimento, os materiais ferrosos existentes no capacete deverão ser antioxidante, as quantidades de cada tamanho serão definidas após realização de teste de aferição de tamanho com a contratante, após contratação da empresa fornecedora, para este fim será concedido um prazo que será definido, e assim a empresa contratada entregar a contratante um exemplar de cada tamanho do item supracitado para realização do teste.</p>				
02	<p>Capacete Operacional, para Policiamento/Patrolhamento, cor azul marinho, padrão GUARDA MUNICIPAL, com dispositivo interno de ajuste que atende as diferenças anatômicas individuais dos usuários, proporcionando alta resistência a penetração de objetos pontiagudos, com espaços internos que</p>	Und	06		



<p>possibilitem o uso de equipamentos de comunicação, espessura de 3 mm, com tolerância +/- 0,3 mm, e indeformável quando submetido às intemperies, mantendo sempre sua forma original sem amassaduras, trincas ou outras formações decorrentes de impactos ou quedas, tamanho único, casco confeccionado em material termo plástico injetado de alta resistência acetil-bute-estireno (ABS), intrinsecamente azul marinho, pigmentação própria no processo de injeção, sem pintura exterior, possuindo elevado grau de absorção de energia de impacto, não condutor de calor, tendo, devido a seu formato, a propriedade de reflexão da energia radiante, permite o seu uso prolongado debaixo do sol, conservando, internamente, uma temperatura normal, proporciona proteção integral ao crânio, o tamanho e o formato devem atender ao estipulado, o mesmo deve receber um acabamento sobre os adesivos com verniz transparente de alta qualidade, evitando assim desuniformidade da superfície do capacete por desgaste ou em ocasião de pancadas inevitáveis em situação de conflito, acabamento no casco externo, liso, borda do casco em toda sua extensão contém guarnição confeccionada na cor preta, em acabamento escamado com alma de aço a afixar-se na borda do casco em toda a sua extremidade sem uso de cola ou adesivos similares, internamente o mesmo contém em sua parte superior, almofada de EVA macia de 5 mm de espessura para a absorção de impactos, Proteção interna 1 - Carneira: feita em couro na cor preta, com um total de 36 (trinta e seis) alternativas, ajustável, variando de 53 a 64 cm, com catraca interna posicionada na parte traseira para regulagem através de botão de regulagem autotravante, botão este destinado ao ajuste dos tamanhos, a carneira deverá proporcionar o ajuste imediato do tamanho, mesmo estando vestido na cabeça do usuário, possuir ainda caixa anatômica traseira em plástico</p>				
--	--	--	--	--



	<p>injetado na posição da nuca, para acondicionamento das engrenagens autobloqueadoras e catracas de ajustes e botão de ajustes e botão de regulagem autotravante, 1 - 1 - Cinturão plástico da carneira devendo medir 680 (seiscentos e oitenta) milímetros quando totalmente aberto (botão rosqueado para maior tamanho) e 530 (quinhentos e trinta) milímetros quando totalmente fechado (botão rosqueado para menor tamanho) por 285 (duzentos e oitenta e cinco) milímetros de largura, 1 - 2 - Apoio descartável confeccionado em espuma de densidade 30 kg/m³, rebites de pressão nº 04, EVA para acabamento interno revestido em couro napa, vestuário de 5/7 linhas de espessura, para conforto anterior da testa e laterais, abrangendo 3/4 do diâmetro da carneira, presa em pontos plásticos da fita plástica e com pontos de fixação em velcro a respectiva suspensão podendo ser retirado para lavagem, 1 - 3 - sistema de carneira (suspensão) deve ser afixado ao casco do capacete através de fixações dispostas em peça plá+B4+B5.</p>				
03	<p>Balaclava para Motociclista, tecido de cotton 92% algodão e 8% elastano, formato anatômico, confortável ao usar o capacete, material que evita machucar as orelhas, isolamento térmico e acústico, toque macio e confortável, material absorvente a umidade, material que evita odores e danificações no capacete, fabricada com material que traz isolamento térmico, rápida dispersão do suor, com toque confortável, tecido especial que possibilite uma maior mobilidade, com estrutura de tecido que absorve e retira o suor, sem que a roupa grude, com secagem ultra rápida, com superfície interna do tecido que absorva a umidade, transportando-a para a face externa do tecido, ao mesmo tempo em que retém o calor, devolvendo-o uniformemente para a pele mantendo a temperatura do corpo sempre estável, face externa do</p>	Und	06		



	tecido que possua micro poror artificiais que acelerem essa evaporação da umidade da pele e facilita a transpiração natural do corpo, mantendo a proteção térmica mesmo molhada, cor preto.				
04	Cotoveleira para Motociclista , de uso externo, com a finalidade para auxiliar na redução de traumas nos membros superiores (do cotovelo ao antebraço) em caso de acidente, Preventivo, com características indicado para atividade em pé ou sentado na moto, com facilidade de lavar, sistemas de fixação por tiras de fita de no mínimo 19 mm, com proteção prevenindo problemas de circulação, que não aranje a moto, para pilotagens a trabalho para até 24 horas de uso, protetor rígido feito em ABS com no mínimo 3 mm de espessura, revestido internamente por espuma de etil vinil acetato de no mínimo 5 mm, com densidade 15% dublado com tecido 80% poliamida e 20% PVC, na parte externa e 100% poliamida na parte interna, a fixação da peça ao braço deverá ser feita por tiras de fita de poliamida de no mínimo 20 mm, presas a fivelas reguladoras feitas 100% em polipropileno, dimensões aproximadas do casco em ABS 01: altura 50 mm, comprimento de 120 mm, largura de 170 mm; do casco ABS 02: largura superior 172 mm, largura inferior 140 mm, altura 45 mm, comprimento 190 mm, sistema de fixação: fita superior a 330 mm de comprimento x 30 mm; Elástico de fixação de favela: 100 mm x 30 mm, elásticos inferiores: 80 mm, fita inferior 01 270 mm 30 mm, fita inferior 02 240 mm x 30 mm, corpo em EVA: altura 410 mm, largura 240 mm.	Par	09		
05	Jaqueta para Motociclista, jaqueta impermeável com C.A. (certificado de aprovação do Ministério do Trabalho), confeccionada em tecido sintético emborrachado, com espessura mínima de 0,20 mm, composição 33% poliamida (externa), 67% policloreto de vinila (interna), sendo como gramatura 199 gr/m2 e espessura de 0,20 mm,	Peça	06		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

<p>cor azul escuro, o fechamento da jaqueta deverá ser através de overlock de cinco fios e as costuras pespontadas em máquina reta simples, com linha nylon 100% poliamida nº 60, o zíper deverá ser de 70% nylon e 30% poliéster nº 05, na cor com 650 mm de comprimento, este zíper deverá ser protegido por vista fechada velcro, montada no sentido contrário ao do fechamento da jaqueta com gola, punhos regulados com elásticos, para melhor ajuste da manga ao punho do usuário, as faixas refletivas ter 50 mm de largura e serem costuradas e impermeabilizadas, conforme segue, no tórax em toda a sua extensão (frontal/dorsal), das mangas, o material refletivo (microprismático) de alta qualidade, retendo a sua cor típica durante o dia e sua retrorrefletividade durante a noite, durante a vida útil da roupa em que estiver aplicada, deverá ser leve e flexível, possuir elevado brilho retrorrefletivo noturno e com aparência diurna na cor prata metálica, o material refletivo deverá ser constituído de micro esferas de vidro de grande angularidade, expostas e agregadas em resina aplicada a tecido composto de 65% poliéster e 35% algodão as faixas devem atender a NBR 15292:2013 (vestuário de segurança de alta visibilidade), processo de impermeabilização todas as costuras deverão ser impermeabilizadas internamente através de processo de selagem por termofusão, através da união de duas camadas de tecido por meio de um filme termofusível isolando completamente as possíveis infiltrações de umidade, também sendo de extrema flexibilidade não comprometendo a impermeabilidade do EPI, logotipo/logomarca em serigrafia frente "Brasão da Guarda Municipal de Lauro de Freitas - GMLF" e nas costas a inscrição "Guarda Municipal", as quantidades de cada tamanho somente serão definidas após realização de teste de aferição de tamanho com a contratante, após</p>				
---	--	--	--	--



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	contratação da empresa fornecedora, para este fim será concedido um prazo que será definido, e assim a empresa contratada entregar a contratante um exemplar de cada tamanho do item supracitado para realização do teste.				
06	Joelheira para Motociclista , com placas de proteção em plástico injetado, com regulagem e fixação através de elástico com velcro, as placas de proteção devem ser costuradas na altura da canela, do joelho e acima deste, podendo conter tornozeleira acoplada, sem limitação de flexão das pernas, na cor preta, tamanho único (adulto).	Par	09		
07	Luva de Couro para Motociclista, luva tática de segurança para motociclistas devendo ser confeccionada em couro natural de origem animal, na cor preta, de alta qualidade, de modelagem 1/2 dedo, punho elástico, com reforço na palma e dorso, forração interna ajustes em velcro e elástico, proteção rígida, alta resistência à impactos e abrasões, proteção nas articulações dos dedos, costuras duplas reforçadas, aplicação on road / off road, as quantidades de cada tamanho somente serão definidas após realização de teste de aferição de tamanho com a contratante, após contratação da empresa fornecedora, para este fim será concedido um prazo que será definido, e assim a empresa contratada entregar a contratante um exemplar de cada tamanho do item supracitado para realização do teste.	Par	06		
08	Bota de Segurança em Couro para Motociclista , cor preta, de cano alto com acabamento na borda em tira de napa vestuário dobrada e fixada do início da abertura do fecho até a outra extremidade, cabedal constituído em couro bovino tipo vaqueta de flor integral não impregnada, na cor preta 100% semi-fosca, hidrofugação, espessura de 1,8 a 1,0 mm, resiste à penetração de água no mínimo 120 minutos e resistência mínima de 15 N/mm2 de primeira	Par	11		



<p>qualidade, entende-se como "primeira qualidade" material não corrigido na flor com lixa de qualquer natureza, verificando-se para tal comprovação os requisitos resistência, beleza, conforto, durabilidade e outros que se fizerem necessários, sem marcas, isenta de cortes, furos, cicatrizes, bem como sinais de parasitas, ou seja, carrapatos, bernes e outros defeitos provocados por riscos de cerca, marcas de fogo, etc, o couro é reforçado em reforçado em camadas, sendo dublado com tecido de fibras têxteis e etileno-acetato de vinil com 3 mm de espessura e densidade de 0,12 g/cm³ que proporciona melhor isolamento térmico e proteção a pequenos impactos, as áreas de articulações e colarinho com desenho anatômico feito em napa vestuário com recheio de espuma de poliuretano com 6 mm de espessura, densidade de 0,70 g/cm³ e costuras formando gomos, para melhorar o conforto ao caminhar, movimentar e pilotar motocicleta, sendo que no colarinho um gomo na parte traseira e um gomo na parte dianteira e nas áreas de flexão 15 gomos na dianteira e 12 gomos na traseira, as áreas de proteção na lateral externa entre a borda do solado e o cabedal, a taloneira e o reforço da gáspea para contato com alavanca de marcha devem ser constituídas de borracha linear de alta elasticidade, medindo 1,5 mm de espessura e estarem fixadas através de costuras duplas, sendo que o reforço da gáspea e a taloneira devem estar sobrepostas à estas partes estruturais e acompanhar o desenho de cada peça, a forração interna deve ser construída em sistema de meia com membrana 100% impermeável e respirável, feita de poliéster especial que não é poroso, a membrana deve ser extremamente elástica (> 300%) e por isso é especialmente adequada para uso em calçados, a membrana deve ser 100% impermeável e ao mesmo tempo permeável ao vapor de água, a estrutura molecular do</p>				
--	--	--	--	--



<p>material é especial de poliéster e têm um efeito condutor ao vapor de água, portanto, o vapor de água compacto pode penetrar na membrana e se mover ao longo das cadeias moleculares até a saída na parte externa do calçado, a direção desse movimento é determinada pela direção da concentração do vapor de água gradiente, a bota deve obrigatoriamente possuir este sistema com pelo menos 75% altura do eixo do cano e atender aos critérios técnicos de controle Water Proofing Dinamic Test e às especificações técnicas e ensaio laboratoriais segundo as normas NBR ISO 20344 e EN ISO 14268 que constituem especificações e critérios de ensaios, a forração interna juntamente com a membrana ainda deve ser dublada em micro filamentos, com tecido de rápida dispersão e selagem das costuras com fita hot-melt para garantir a impermeabilização e transpiração interna. O solado deve ser composto em bi-componente e bi-densidade, sendo a primeira camada em borracha massa grip desenhado com derrapante tipo Anabela com travamento mínimo para pedal, sendo que na região do enfraque deve possuir uma elevação na borda lateral para estruturação do movimento de pilotagem e a segunda camada não pode ser exposta, constituída em recheio deetil arilafrezada em formato anatômico medindo 15 mm no salto, 5 mm no enfraque e 7 mm na planta vulcanizada na primeira camada de forma que proporcione melhor conforto e absorção de impacto, a bota deve atender todos os ensaios especificados a norma NBR ISO 20344 e 20347, calçados de uso ocupacional e possuir Certificado de Aprovação (C. A.) aprovado nesyta norma em epígarfe e estar gravado no cabedal de forma visível juntamente com data de fabricação, o C. A. deve ter memorial descritivo especificando bota para uso em motociclismo, na lateral externa e na região do calcanhar, a bota deve</p>				
---	--	--	--	--



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	possuir refletivo de alta reflexibilidade noturna 3 M ou similar na cor cinza, medida mínima de 17 mm por 90 mm em formato linear ao desenho da taloneira e na lateral 13 mm na maior área por 100 mm entre as extremidades não lineares (numeração 40), na borda do cano, um sistema de ajuste na região da panturrilha deve ser incorporado, internamente revestido com malha de neoprene emborrachada ou similar e recoberto com protetor FIT (ajustável), flexível e acolchoado, para que o usuário possa controlar e adequar conforme a sua necessidade e conforto, o peso da bota deve ser menor ou igual 850 g (pé número 40) e a diferença entre a massa do pé esquerdo do calçado e a massa do pé direito não deve ultrapassar 10 gramas, conforme norma NBR 14835, a altura deve ser de 350 mm, medindo externamente da base do solado até a borda do cano e 320 mm internamente a partir da palmilha montagem até a borda do cano (número 40), as quantidades de cada tamanho somente serão definidas após realização de teste de aferição de tamanho com a contratante, a pós contratação da empresa fornecedora, para este fim será concedido um prazo que será definido, e assim a empresa contratada entregar a contratante um exemplar de cada tamanho do item supracitado para realização do teste.				
VALOR TOTAL					R\$ 17.479,93
LOTE 03					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MED.	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Bastão Sinalizador , eletrônico a LED para trânsito, compacto, resistente medindo aproximadamente 160 mm de comprimento x 35 mm de diâmetro, possuir baixo consumo de energia, Led's de alto brilho, acompanhado carregador bivolt AC 100~230 v / 50 / 60 HZ e carregador veicular DC 12 v.	Und	62		
02	Barreira Sinalizadora , possuir para encaixe de pisca de advertência interno e externo, com suas alças na parte superior para facilitar o	Und	67		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	transporte, fabricado em polietileno, de baixa densidade, com proteção contra raios UV resistentes intempéries, dimensões de aproximadamente 100 x 55 x 50 cm, com peso aproximadamente 7,0 kg, cor laranja, com faixas refletivas.				
03	Cavelete Plástico de Sinalização , com Altura do Cavelete Montado: 1 metro, Largura do Cavelete Montado: 1 metro, Peso do Cavelete Vazio com 2 Travessa: 7kg, Peso do Conjunto com areia ou água: 32kg e Cor Padrão: Laranja com Fita Refletiva.	Und	44		
04	Cilindro Canalizador , com aproximadamente 7,0 kg, em composto plástico, com aproximadamente 110 cm de altura x 40 cm de altura x 40 de profundidade, base em torno de 65 cm, com faixas refletivas, possuir alça para facilitar o transporte, cor laranja.	Und	14		
05	Corrente Sinalização , Kit 3 Pedestal de Isolamento e 6 Metros De Corrente Sinalização Isolamento - PRETO E AMARELO -Pedestal confeccionado em três partes- base soprada em polipropileno, tubo em PVC e tampa injetada em Poliacetal com dois ganchos opostos do mesmo material da tampa. Características- Cor- Amarelo/Preto. Tamanho do Pedestal- Altura 90cm Diâmetro da Base- 23cm Diâmetro do tubo- 5m Tamanho da Corrente- 6 metros - Corrente injetada em polipropileno de alta resistência. Possui elos para junção a cada 33cm. Largura do elo- 21 mm Altura do elo- 6 mm Diâmetro do elo -38 mm Tamanho- 6 metros Aplicação- Produto para uso temporário, isolamento, sinalização de trânsito, estacionamentos, obras, práticas esportivas, etc.	Und	20		
VALOR TOTAL					R\$ 75.324,73
LOTE 04					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MED.	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Corda para Amarração , 8,0 mm, fabricado em seda, traçada, na cor verde.	Und	604		
VALOR TOTAL					R\$ 175.311,00
LOTE 05					



ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MED.	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Apito profissional - Fox 40, material plástico e silicone, na cor vermelha, características da medida aproximada do apito: 2,0 x 4,0 x 2,2 cm e do cordão: 33,5 cm.	Und	50		
02	Bandeira para Sinalização , cor amarela e vermelha; tecido Nylon 240 (paraquedas); retangular; nas dimensões 900x750 mm; com bordas dobradas e costuradas; com reforço em lona de 40 mm; fixados 02 (dois) olhais de latão de primeira qualidade de diâmetro externo de 30 mm em cada extremidade de um dos lados menores da bandeira. Poderá ser Impresso em ambos os lados da bandeira a logomarca do serviço de salvamento. Todas as costuras aplicadas as Bandeiras devem ser duplas em linha 100% poliéster, na cor amarela. Deverá acompanhar a bandeira 2 tirantes em poliamida medindo cada um 10x300 mm, com acabamento térmico em suas pontas, para que não permita desmanchar suas tramas.	Und	40		
03	Binóculo , cor preto; peso 215 gramas; tipo 100x22; Ampliação: 100x; material da lente: bak4; revestimento óptico: fmc; diâmetro do ocular: 10mm; diâmetro da lente objetiva: 20mm; distância da visão: 3000-30000m; tamanho: aproximado 11*5*7cm/4.33*1.97*2.76in.	Und	02		
04	Maleta de Primeiros Socorros , material plástico; cor transparente; Itens: 01 Álcool 70 c30 ml, 02 cloreto de sódio 10 ml, 01 spray antisséptico 45 ml, 01 micropore pequena, 01 cx curativo c/10un, 01 gaze estéril.	Und	21		
05	Máscara de Mergulho , material silicone; cor preta; com snorkel.	Und	02		
06	Máscara Ressuscitadora para RCP MD Pocket , material PVC livre de látex e atóxico, transparente; não descartável; válvula unidirecional removível de alta eficiência; almofada macia para evitar fuga de ar e possibilitar maior conforto ao paciente; elástico para manter a máscara fixada ao paciente; Conector de 15 mm para acoplar	Und	50		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	equipamentos de auxílio respiratório, como ressuscitadores manuais e oxigênio.				
07	Nadadeira , material de borracha termoplástica, TPR macio, na cor amarelo e vermelho, características: solado com frisos antiderrapantes. Pala em Eva com bordas arredondadas que canalizam a água, que propicia uma batida de perna.	Und	50		
08	Prancha , para salvamento aquático, tipo long board , com tamanho de 9 pés (podendo variar +/- 1,0%), com largura mínima de 22 polegadas e máxima 24 polegadas. Rabeta round , feita de bloco de Teccel de poliuretano de alta densidade e longarina de madeira caixeta , laminação usando resina C400 tecido de fibra de vidro WR 160 resistente a infiltração, com duas camadas de 6 onças no fundo e 3 camadas de 6 onças no deck; 04 alças de borracha no mínimo 2,50 cm, e máximo 3,50 cm de espessura, todas na parte frontal (duas de cada lado) utilizando encaixe tipo copinho. Uma quilha central fixa de fibra de vidro com o tamanho mínimo 6 polegadas e no máximo 9 polegadas. Antiderrapante na parte superior da prancha em borracha de Eve com o comprimento de 1 metro e 5 milímetros de espessura. A prancha será confeccionada na cor amarela com o descritivo salva vidas e a cruz vermelha de salvamento.	Und	10		
09	Rescue Tube (flutuador salva vidas) , espuma maciça microporosa de pvc; flutuabilidade 100/120K G positivos; cor amarelo, laranja ou vermelha; corda 2,6 metros; cadarço de nylon de 25MM de largura; 900mm a 1.000mm x 130mm a 150mm x 70mm a 80mm.	Und	20		
VALOR TOTAL					R\$ 64.761,76
LOTE 06					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MED.	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Protetor Solar para pele à base de V. Betametazona + Sulf. Gentamicina; Fator de Proteção 60; Loção cremosa não oleosa com ação de no mínimo 02 horas com odor suave e agradável, não tóxico e seguro, que	Und			



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	não cause irritação dérmica; que não obstrua os poros; não deve provocar manchas na pele ou nas roupas; com amplo espectro de ação e de coloração branco. Embalagem contendo no mínimo 120 ml; com nome do fabricante e prazo de validade de no mínimo 2 anos e deverá constar o número do registro na ANVISA/MS.		1.192		
02	Protetor Solar Labial FPS 30 com vitaminas A e E ampla proteção UA-A e UV-B em embalagem bastão com a seguinte composição: Benzoeto e C 12-15, parafina, octocrileno, metoxicinamato de etilexila, cera de eufobia cerifera, óleo de canola, salicilato de etifexila. Adipadode dibutila, cera de abela sintética, trimetilsiloxislicato, bis – etilexitoxiferso / metoxifenil tnazina, álcool vetilico, poliestileno, ozoquenda, aroma, acetado de tocoferila, palmitatode retinila.	Und	792		
VALOR TOTAL					R\$ 104.827,76
LOTE 07					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MED.	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Garrafa térmica , material 2,5L em PU; cor vermelha; isolamento térmico em PU com eficiência térmica de até 4 horas para líquidos frios, comprimento 21cm; largura 16,5cm; altura 26,6cm; peso 0,505kg.	Und	235		
VALOR TOTAL					R\$ 15.940,05
LOTE 08					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MED.	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Máscara para solda , confeccionada em laminado de resina fenólica (Celeron) de alta densidade fornecida com visor basculante (articulado) visor incolor; não há ajustes de tonalidade do visor. Máscara com escudo basculante que permite elevação do escudo por meio de	Und	04		



	botões localizados nas laterais do mesmo. Possui suspensão hipoalergênica com ajuste por meio de presilha e cinta (ajuste simples) ou por meio de cinta e catraca (ajuste por catraca). Destinada a operações de soldagem em que haja necessidade de proteção contra radiação infravermelha, ultravioleta e luminosidade intensa provenientes dos processos de soldagem. Possui acabamento externo do escudo na cor preta fosca.				
02	Óculos para Solda (oxiacetilênica) , lente única em duro policarbonato, tonalidade 5 com tratamento antirrisco, filtra ultravioleta e infravermelho, para ser usado em solda oxiacetilênica ou em outras aplicações onde haja necessidade de proteção contra raios infravermelhos, orifícios para cordão. Hastes reguláveis em quatro estágios.	Und	12		
03	Óculos transparente ampla visão , constituídos de armação confeccionada em uma única peça de plástico flexível incolor ou cinza transparente, com sistema de ventilação indireta composto de 10 (dez) fendas na parte superior e 12 (doze) fendas na parte inferior, tirante elástico preto para ajuste à face do usuário e visor de policarbonato incolor ou cinza.	Und	07		
VALOR TOTAL					R\$ 1.442,01

3.1. Trata-se de uma Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), a ser contratado mediante licitação na modalidade Pregão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante Registro de Preços e sob o critério de MENOR PREÇO POR LOTE.

3.2. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

3.3. A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos produtos porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo de Referência.

3.4. Na substituição de produtos defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional.

3.5. Os fornecedores devem apresentar, juntamente com a proposta, cópia autenticada do Certificado de Aprovação-CA dos respectivos equipamentos, nos termos da Norma Reguladora (NR) 06, portaria 3.214/78, compulsoriamente e/ou expressos neste ETP, TR e anexos.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 A presente contratação tem fundamento na Lei nº 14.133/2021 e suas disposições complementares.

5. FORMA DE CRITÉRIO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR



5.1 A pessoa jurídica será contratada por meio de PREGÃO ELETRÔNICO, por Sistema de Registro de Preços, visto tratar-se de serviços comuns nos termos do art. 6º e incisos X e XII da Lei 14.133/2021, uma vez que as especificações adotadas são reconhecidas e usuais no mercado e indicam objetivamente os padrões de desempenho e qualidade dos serviços.

5.2 O Critério adotado será de MENOR PREÇO POR LOTE conforme viabilidade apontada no Estudo Técnico Preliminar.

6. LOCAL DE ENTREGA

6.1 As entregas deverão ocorrer impreterivelmente dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento, nota de empenho ou documento equivalente. Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração localizado na Avenida Brigadeiro Alberto de Costa, nº 756 – Aracui – Lauro de Freitas/BA, ou outro a ser determinado pelo setor demandante, o qual será indicado na OF - Ordem de Fornecimento, ou Nota de Empenho.

7. PRAZO DE ENTREGA

7.1 Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, contados do recebimento da ordem de fornecimento.

8. PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1 O Registro de Preços terá duração de 12 (doze) meses contados a partir da data de publicação da Ata na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade;

8.2 O instrumento contratual que vier a ser celebrado durante a validade da Ata de Registro de Preço, poderá ter vigência de até 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, se for de interesse da Administração, conforme Art. 106, da Lei 14.133/2021.

8.3 A duração do contrato poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme Art. 107, da Lei 14.133/2021.

9. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E);

9.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;



- 10.3. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 10.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 10.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 24.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 10.6. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.17.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 10.7. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 10.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 10.9. Por razão de interesse público;
- 10.10. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

11. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

11.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência da aquisição com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. Pois, esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração Ademais, a opção pelo Sistema de Registro de Preço originário de Pregão Eletrônico, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo o fato da existência de facultatividade na contratação dos produtos e serviços do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis. Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados, levando em consideração o desgaste natural. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda.

12. ESTIMATIVA DE VALOR

12.1 O valor estimado é de **R\$ 1.747.532,78 (Hum milhão, setecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e dois reais e setenta e oito centavos)**

13. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento



13.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

13.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

13.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

13.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

13.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

13.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

13.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

13.9.1 o prazo de validade;

13.9.2 a data da emissão;

13.9.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

13.9.4 o período respectivo de execução do contrato;

13.9.5 o valor a pagar; e

13.9.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

13.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.12 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

13.13 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



13.15 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

13.17 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

13.18 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.19 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.20 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.21 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.22 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

14.1 PARA FINS DE HABILITAÇÃO:

14.1.1. Comprovação de qualificação técnica operacional mediante a apresentação de pelo menos 01(um) atestado expedido necessariamente em nome da licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com objeto da licitação:

- a) O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da eminente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas, quantidade de produto fornecido equivalente ao contratado e período de contratação;
- b) Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da concorrente ou pela própria concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da concorrente.

14.2 PARA FINS DE CLASSIFICAÇÃO:

14.2.1. O licitante deverá apresentar para fins de classificação:

14.2.1.1 Folders ou catálogos para fins de análise e aceitação do produto ofertado. Outrossim, a não apresentação dos folders e catálogos na plataforma implicará na desclassificação da proponente.

14.2.1.2 Os fornecedores devem apresentar, juntamente com a proposta, cópia autenticada do Certificado de Aprovação-CA dos respectivos equipamentos, nos termos da Norma Reguladora (NR) 06, portaria 3.214/78, compulsoriamente e/ou expressos neste ETP, TR e anexos.

15. DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TRABALHISTA, FINANCEIRA E TÉCNICA NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO

15.1 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

15.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



15.1.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.1.4. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

15.1.5. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

15.1.6. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

15.1.7 Para a habilitação regulamentada neste item, o interessado deverá apresentar a documentação a seguir relacionada.

15.2.1 A contratada deverá comprovar conter os documentos a seguir relacionados:

a) declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

15.3 Relativa a Habilitação Jurídica:

15.3.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

15.3.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.3.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.3.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.3.5 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

15.3.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.3.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

15.3.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.4 Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

15.4.1 Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

15.4.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);

15.4.3 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte;

15.4.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

15.4.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

15.5 Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

15.5.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;



- 15.5.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 15.5.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 15.5.3.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 15.5.3.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 15.5.3.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 15.5.3.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 15.5.4 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- 15.5.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 15.5.6 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 16.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 16.2 Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- 16.3 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca;
- 16.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 16.5 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 16.6 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 16.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.8 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 16.9 Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
- 16.10 Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos utilizados para a prestação de serviços, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe ainda a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligência resultante da prestação do serviço.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 17.1 São obrigações da contratante:
- 17.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;
- 17.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 17.4 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



17.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

17.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

17.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17.8 À SECAD fica reservado o direito de paralisar ou suspender a qualquer momento a execução do contrato, caso haja qualquer infringência das normas legais ou procedimentos aplicados.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

18.1 Os materiais entregues no período de vigência da ATA, deverá conter em sua embalagem o lote, a data de fabricação e o material de confecção, além de todas as demais informações técnicas e para identificação do produto, como marca e quantidade.

19. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

19.1 A empresa poderá, preferencialmente, optar por produtos com embalagens minimalistas ou provenientes de material reciclável ou biodegradável, reduzindo a geração de resíduos e o impacto no meio ambiente, desde que atendidos os requisitos técnicos estabelecidos no Edital.

19.2 Os veículos utilizados para a entrega dos produtos deverão possuir manutenção em dias e ser abastecidos preferencialmente com combustíveis mais eficientes e de maior qualidade para evitar a emissão demasiada de gases poluentes.

19.3 A adoção dessas medidas mitigadoras é de fundamental importância para reduzir significativamente os impactos ambientais associados à aquisição e compra, promovendo a sustentabilidade e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

20. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

20.1 A Gestão da Ata de Registro de Preços ou Contrato ficará a cargo da Secretaria da Administração.

20.2 A Fiscalização da Ata de Registro de Preços ou Contrato ficará a cargo da Secretaria da Administração, com a responsabilidade pela fiscalização do servidor Silas dos Santos Reis, com a matrícula nº. 120789.

20.3 A gestão e fiscalização dos serviços ficará sob responsabilidade do representante designado pela SECAD e da Comissão designada através de Portaria para tal finalidade, que estará disponível para maiores dúvidas e informações.

20.4 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

20.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

20.6 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

20.7 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

20.8 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

20.9 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

20.10 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.



20.11 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

20.12 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

21. FORMA DE CRITÉRIO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR; JUSTIFICATIVA PARA REGISTRO DE PREÇOS E MÉTODO DE EXECUÇÃO

21.1 Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência da aquisição com previsão de forma parcelada conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. Pois, esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração. Ademais, a opção pelo Sistema de Registro de Preço originário de Pregão Eletrônico, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo o fato da existência de facultatividade na contratação dos produtos e serviços do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis. Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados, levando em consideração o desgaste natural. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda.

21.2 Desta forma, a execução do presente objeto será realizada através do fornecimento eventual (parcelado) e por demanda, conforme as necessidades das Secretarias Municipais.

22. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1 Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme art. 17 do Decreto 11.462/2023.

Lauro de Freitas, 30 de maio de 2025

Técnico Responsável: Paulo Henrique Rocha Furtado
Matrícula: 125217

Tassio Lima Muniz Azevedo
Secretário de Administração



ANEXO II ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

UNIDADE DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Administração

REGÊNCIA LEGAL: Lei Federal n. 14.133/2021

INFORMAÇÕES DO OBJETO PARA CONTRATAÇÃO: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para garantir a segurança e bem estar dos funcionários da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas.

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS:

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, I

Faz-se necessário a Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para atender a diversas secretarias deste município de Lauro de Freitas, visando o atendimento aos diversos setores. A aquisição do referido objeto visa garantir a saúde e a proteção do trabalhador evitando consequências negativas em casos de acidente de trabalho e também para prevenir os acidentes mais graves tendo em vista garantir a segurança e bem estar dos funcionários da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas. As quantidades foram estimadas com base na demanda dos materiais das Secretarias Municipais, considerando-se para o quantitativo as informações de consumo anteriores e consulta prévia.

Dessa forma, a contratação de Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) é uma necessidade prioritária para a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, visto que afeta diretamente a prestação de serviços fundamentais. O fornecimento contínuo, de qualidade e em quantidade adequada é crucial para garantir o funcionamento pleno das atividades administrativas internas das secretarias municipais.

2. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, II

Com o escopo de atender às necessidades dos servidores, colaboradores e usuários da Prefeitura, o presente objeto encontra respaldo institucional, conforme previsão no item 10 do Plano de Contratações Anual de 2025, estando alinhado com o Planejamento da Administração Municipal.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, III

Trata-se de serviço e material comum, cujo as especificações podem ser bem definidas através dos seus padrões de desempenho e/ou qualidade, objetivamente definidas por meio de especificações usuais no mercado, vide art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021.

Para o fornecimento dos objetos pretendidos, a empresa escolhida para futura contratação deverá comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título de habilitação técnica exigidos no edital.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, através do procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento menor preço por lote.

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes previstas no Edital de Licitação, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. Ademais, a contratação do referido material deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

3.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



- b) Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- c) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca;
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- e) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- f) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- i) Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
- j) Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos utilizados para a prestação de serviços, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe ainda a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligência resultante da prestação do serviço.

3.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) São obrigações da contratante:
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;
- c) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- f) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- g) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- h) À SECAD fica reservado o direito de paralisar ou suspender a qualquer momento a execução do contrato, caso haja qualquer infringência das normas legais ou procedimentos aplicados.

3.3 DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

As entregas deverão ocorrer impreterivelmente dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento, nota de empenho ou documento equivalente. Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração localizado na Avenida Brigadeiro Alberto de Costa, nº 756 – Aracui – Lauro de Freitas/BA, ou outro a ser determinado pelo setor demandante, o qual será indicado na OF - Ordem de Fornecimento, ou Nota de Empenho.

Deverá ser exigida garantia legal na forma que os fabricantes disponibilizarem para todo o mercado (Art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.078, de 1990) e os demais, caso o fabricante não forneça, pela CONTRATADA. A eventual contratada se responsabilizará pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do CDC.

Registre-se ainda que a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.4 DOS REQUISITOS GERAIS



Os fornecedores devem apresentar, juntamente com a proposta, cópia autenticada do Certificado de Aprovação-CA dos respectivos equipamentos, nos termos da Norma Reguladora (NR) 06, portaria 3.214/78.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, IV

O quantitativo ora informado tem por base levantamento com base em consulta prévia de expectativa de uso anual da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas destrinchada por secretaria e compiladas pela SECAD, a fim de identificar a necessidade e quantidades dos itens a serem adquiridos de forma precisa.

Outrossim, impende destacar que há uma incidência de aumento nos quantitativos de processos anteriores desta Prefeitura Municipal, tendo em vista a ausência de parâmetros objetivos e específicos da gestão anterior. Além disso, há uma necessidade de aumento dos quantitativos para resguardar necessidades futuras em razão do quantitativo flutuante de servidores.

LOTE 01				
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	CATMAT
01	Apito de Metal , longo, de segurança, confeccionado em napa sintética, tiras do mesmo material para prender no pescoço e nas costas, na cor branca, com cordão mosquetão, potência em torno de 105 DB (decibéis), com esfera de cortiça, alcance audível em torno de 100 metros.	Und	200	238794
02	Avental de Napa , longo, de segurança, confeccionado em napa sintética, tiras do mesmo material para prender no pescoço e nas costas, na cor branca.	Und	50	290545
03	Avental tipo barbeiro , com emendas é confeccionado em raspa de couro bovino curtido ao cromo, costurado com fio 100% algodão ou aramida. Possui tiras laterais em raspa, indicadas para fixação e ajuste do avental, com elásticos de ajustes no cano da manga, proporcionando segurança e facilidade de uso. Indicado para uso em atividades que envolvam riscos ao usuário quanto à abrasão e escoriações, como: atividades de solda, indústrias metalúrgicas, siderúrgicas e marmorarias.	Und	02	345131
04	Bota Cano Curto , em borracha antiderrapante, calçado ocupacional tipo bota, confeccionado em PVC injetado e impermeável, acabamento interior em meia de poliéster, cor branca, em conformidade com a NR 6, NBR ISO 20344:2008, NBR ISO 20345:2008 (de segurança) NBR ISO 20346:2008, tamanho 37 a 44.	Par	2.000	618294
05	Bota Cano Curto , em borracha vulcanizada, calçado de segurança de uso profissional tipo impermeável, preta sem biqueira, confeccionado em borracha vulcanizada, acabamento interno em tecido, alta resistência a rasgamento, tamanho 37 a 44.	Par	140	407769
06	Bota Cano Longo , em borracha antiderrapantes, calçado ocupacional de uso profissional, tipo bota PVC impermeável, inteiro polimérico, confeccionado em policloreto de vinila, sem biqueira, propriedades antiderrapantes em conformidade com a NR 6, NBR ISO 203:2008, NBR ISO 20345:2008 (de segurança), NBR ISO 20346:2008, tamanho	Par	300	403832



	37 a 44.			
07	Bota Cano Longo , em borracha vulcanizada, calçado de segurança de uso profissional, tipo impermeável, na cor preta, sem biqueira, confeccionado em borracha vulcanizada, acabamento interno em tecido, alta resistência a rasgamento, possuir reforço externo na altura da canela e do pé e solado com desenhos antiderrapantes, reforça especial no salto e enfraque para maior durabilidade, tamanho de 37 a 44.	Par	40	460692
08	Bota Cano Médio , em borracha vulcanizada, calçado de segurança de uso profissional, tipo impermeável, na cor preta, sem biqueira, acabamento interno em tecido, alta resistência a rasgamento, possuir reforço externo na altura da canela e do pé e solado com desenhos antiderrapantes, reforça especial no salto e enfraque para maior durabilidade, tamanho de 37 a 44.	Par	42	482548
09	Bota de Couro, calçado ocupacional, tipo botina , sem biqueira, confeccionado em couro curtido ao cromo, fechamento em elástico, palmilha de montagem em não tecido, solado de poliuretano monodensidade, tamanho de 37 a 45.	Par	06	239085
10	Bota de Couro, em vaqueta hidrofugada com elástico nas laterais , biqueira de aço, acolchoada no peitoral, palmilha antimicrobiana, solado em PU bidensidade de raspa interno, tamanho de 37 a 44.	Par	1.243	262291
11	Bota em PVC , preta no solado amarelo, impermeável, de uso profissional, confeccionado em policloreto de vinila (PVC), injetado em uma só peça, cano de 25 a 28 cm, tamanho de 37 a 46.	Par	30	618295
12	Calça em Trevira , KP 400, com cadaço para ajuste na cintura, cor amarela, acoplada a bota de PVC Nº 38 a 48, Número da Calça 42 a 48.	Und	1.239	336801
13	Camisa de Proteção UV, mínimo 50 , manga longa, cor amarelo, tamanho G.	Und	1.324	624366
14	Camisa de Proteção UV, mínimo 50 , manga longa, cor amarelo, tamanho GG.	Und	1.305	624366
15	Camisa de Proteção UV, mínimo 50 , manga longa, cor amarelo, tamanho EXG.	Und	693	624366
16	Capa de Chuva, em vinil, com capuz, manga longa , incolor, com logomarca e o nome da secretaria solicitante em silk, tamanho M a GG, fechamento frontal através de botões de pressão e costuras através de solda eletrônica.	Und	222	267853
17	Capa de Chuva, para Motoqueiro , impermeável em tecido de nylon emborrachado com PVC, costuras seladas com fita termo adesiva, prático, seguro 100% à prova d'água, com faixa refletivas.	Und	26	221973



18	Capa de Chuva, com capuz , manga longa, em PVC forrada, na cor amarelo, com logomarca e o nome da secretaria solicitante em silk, tamanho M a GG.	Und	10	615625
19	Capa de Chuva, com capuz, manga longa, para Guarda Municipal impermeável em nylon, tipo militar, na cor azul marinho, com logomarca da Guarda Municipal de Lauro de Freitas nas costas, e distintivo na frente do lado direito, com dois bolsos laterais, acondicionado em um porta-capa com duas alças reforçadas de 6 cm x 3 cm, para ser colocado no cinturão.	Und	20	444164
20	Capa de Chuva, em tecido composto 100% nylon Rip-Stop , na cor laranja ou verde, com recobrimento 100% poliuretano micro poroso (respirável 2.000 G H2O/M2/Dia pelo método ASTM e 96), com gramatura de 98G/M2 (+ ou 5%), com impermeabilidade de 3.000 mm, coluna de água (Método AATCC 127), encolhimento máximo 3% (método ASTM E 135), com tamanhos de 1,50 m (GG), 1,30 m (G), 1,10 m (M), com pala e capuz, com ajuste de cordão, fechamento frontal por meio de velcro, com extensão do capuz até 45 cm da barra, mangas compridas com acabamento em elástico no punho, duas aberturas frontais diagonais nas laterais da capa na altura da cintura, com proteção anti-chuva, porta capa confeccionado na mesmo material, com passador para o cinto, o interior da capa deverá possuir um forro anti transpirante em tecido preto tipo tela, revestindo toda a área do tronco e braços, material retro refletivo que comporá a capa deverá ser a base de elementos micro prismáticos, termo ativados metalizados e totalmente afixados no nylon por processo térmico de pressão e calor, isento de costura e de solda eletrônica nas laterais, a cor do elemento retro refletivo deverá ser prata, refletindo sua cor prata a noite com intensidade mínima de 1.500 cand.	Und	2.000	444164
21	Capacete de Segurança , classe A-B, aba frontal, modelo 03 nervuras, injetado em polietileno de alta densidade, sem suspensão e jugular, em cores azul, branco, amarelo e vermelho.	Und	50	468649
22	Chapéu , modelo legionário australiano, aba fixa, com proteção solar na nuca, cordão regulador, dois boões laterais, fabricado 100%, em algodão, com forro 100% polipropileno.	Und	222	624019
23	Cinta para transporte de Moto , planas, confeccionadas com fibras sintéticas de alta tenacidade, para fixar cargas a bordo de veículos, em polipropileno de alto tencionamento, dentro das normas ABNT NBR 15883, fácil manuseio, costura reforçada, para carga de aproximadamente 400 kg, medindo aproximadamente 25 mm por 2,0 metros, com ganchos em J.	Und	08	322196
24	Cinto de Segurança, tipo paraquedista CG 780 E , regulagem da cintura, pernas, argola em D dorsal para ancoragem, tiras em verde na parte superior e preta nas pernas para facilitar a colocação, costuras em zig zag, em cor contrastante com a tira para facilitar a inspeção, tiras em poliéster.	Und	05	602436



25	Cinto Lombar , para carregadores e estoquistas, suspensórios removíveis com fivela de sistema patenteado que se desconectam, por motivo de segurança, com esforço superior a 3,0 kg, aproximadamente, 04 hastes de polímero flexível especial com memória para dar melhor contorno e suporte a legião lombar, área de contorno anatômico em torno do quadril, evitando que haja dobramento do material quando em posição curvada e sentada, 04 dispositivos anti-deslizantes, faixa lateral removíveis, faixa interna com velcro para ajuste adicional de tamanho, a base confeccionada em material LYCR, altamente transperável e confortável, em conformidade com a NR 17.	Und	800	280223
26	Colete em Brim , personalizado com a logomarca da Defesa Civil, na cor laranja, tamanho G, regulamentado pela NBR - ABNT.	Und	20	482286
27	Colete Refletivo, confeccionado em poliéster laranja ou verde, fluorescentes , faixas refletivas duplas, fechamento frontal em zíper com logomarca da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas - Secretaria.	Und	278	620187
28	Colete Refletivo, confeccionado em tela 100% fio de poliéster , alveolo em forma hexagonal, tamanhos M, G, GG e XG, Descrição 1 - Colete refletivo, confeccionado em tela 100% fio de poliéster, alveolo em forma hexagonal, tingimento em turbo com corante ácido, pré-fixado de poliéster por estabilização em rama, com aplicação de resina em rama, na cor caqui, 90 grs/m2, com resistência ao rasgamento, superior a 35 newtons pela ISO 4674-1:2003 - (Método A) - (Procedimento CETIM-LCPP-PE-1111), comprovado por laudo técnico emitido em nome do proponente (original ou cópia autenticada), tamanhos M, G, GG e XG, para Guarda Municipal de Lauro de Freitas - GMLF; 2 - Requisitos particuladas: deverá ter em cada placa frontal, 03 (três) faixas horizontais em tecido de poliéster metalizado retrorrefletivo microprismático, cor amarelo limão fluorescente, com 05 (cinco) cm de largura cada, sendo um formando a base do colete, outra na altura do peito, a aproximadamente 12 cm do ombro e outra dividindo o espaço existente entre essas duas faixas. Todas as faixas deverão estar presas ao colete por meio de costura ponto corrente, o posicionamento das faixas dorsais deve ser o mesmo das faixas frontais, o refletivo deverá possuir coeficiente de retroreflexão mínima de 1.000 candelas/lux/m2, em seu ângulo principal, ou seja, ângulo de entrada de 5 graus e ângulo de observação de 0,02 graus, o coeficiente de retrorreflexão deverá ser comprovados por laudo técnico (original ou cópia autenticada) emitido em nome do proponente por laboratório capacitado para tanto, além do coeficiente de retrorreflexão deverão constar obrigatoriamente no Laudo, a constituição do refletivo, a cor e código do refletivo utilizado na confecção do colete, a empresa deverá também comprovar através de laudo técnico (original ou cópia autenticada), emitido em seu nome que o refletivo utilizado na confecção do colete atenda as normas contidas na ABNT NBR 15292, exigências	Und	50	220538



	<p>de desempenho físico e fotométrico para materiais retrorrefletivos, o colete deverá ser debruado em toda a sua extensão por vies de poliéster de 20 mm de largura na cor marrom café e ter nas laterais 01 (um) elástico de cada lado, de 6 cm de largura, 25% poliéster e 75% elastodieno, na cor azul petróleo ou prata, o fechamento frontal deverá ser por meio de dois botões de pressão plásticos na cor amarelo-esverdeado fluorescente, tendo entre eles um velcro de 20 mm de largura por 06 cm de comprimento, 65% poliéster e 35% poliamida, na cor azul petróleo ou preta, acima da primeira faixa esquerda frontal, a uma altura de 1,0 cm em relação a referida faixa, centralizada na altura do peito, aposição do brasão da Guarda Municipal de Lauro de Freitas, que deverá ser retrorrefletivo microprismático, na cor cristal, revestido por laminado de PVC 0,20 mm, na cor branca, fixada sobre a tela, todos os dizeres e grafias contidos no brasão deverão ser impressos no mesmo por meio de silkscreen, pelo lado interno do refletivo, tamanho padrão 8,0 cm de comprimento por 8,0 cm de largura, na faixa direita frontal, altura do peito, a posição de um velcro fêmea, 65% poliéster e 35% poliamida, na cor azul petróleo ou preta, a fim de receber a tarjeta de identificação do Guarda Municipal usuário, que será afixado ao colete por meio de costura ponto corrente, no tamanho de 120 mm x 20 mm de largura, na faixa dorsal superior, o dizer GUARDA MUNICIPAL, em letra IMPACT, altura da letra 3,0 cm, centrada em relação as extremidades do colete, na faixa frontal central direita o dizer GUARDA, em letra maiúscula, fonte IMPACT, altura da letra 3,0 cm, impressa a 4,5 cm do fechamento central, na faixa frontal central esquerda o dizer MUNICIPAL, em letra maiúscula, fonte IMPACT, altura da letra 3,0 cm, impressa a 4,5 cm do fechamento central, os dizeres acima deverão ser impressos no colete pelo processo de silkscreen, na cor preta, ser acondicionadas individualmente em plástico de boa qualidade e embaladas em caixas de papelão resistente, contendo no máximo 50 (cinquenta) unidades de cada, deve vir um folheto explicativo individual para cada peça, com fotos demonstrando passo a passo a forma de dobragem dos coletes, a fim de garantir um melhor armazenamento e consequente durabilidade do produto, exatamente, cada caixa deverá conter as seguintes inscrições, nome da empresa fornecedora, número do manequim, unidade de fornecimento.</p>			
29	<p>Cone de Sinalização, medindo 75 cm, cor laranja e branco, material resistente, injetado em policloreto de vinila (PVC), com duas faixas brancas refletivas, com 08 sapatas, conforme NBR 15071, medindo 40 x 40 cm.</p>	Und	355	252198
30	<p>Conjunto para Chuva, em nylon naval, emborrachado, reflexivo, cor laranja com logomarca da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, composto por jaqueta com capuz, fechamento frontal todo em velcro, 04 botões de pressão, mangas compridas com elástico com punhos, calça com ajuste na cintura por elástico e cordão de nylon.</p>	Und	210	624146



31	Fita Zebrada , para demarcação de 70 mm x 100 metros.	Und	210	600700
32	Lanterna Holofote , recarregável, mínimo de 15 leds.	Und	14	444095
33	Luva antiestática , embalagem com 3 pares, tricotada com fios de poliamida (nylon); Dissipativa; sem costura; face palmar revestida em polieretano dissipativo; Punho com elastano; Excelente sensibilidade tátil; Forma anatômica; Tamanho G.	Par	04	614951
34	Luva, confeccionada com borracha em PVC, de alta qualidade, tamanho do cano 36 cm , forrada com malha de algodão, com palma aspera para melhor aderência a objetos úmidos e oleosos, cor verde.	Par	50	318399
35	Luva, confeccionada com borracha em PVC, de alta qualidade, tamanho do cano 46 cm , forrada com malha de algodão, com palma aspera para melhor aderência a objetos úmidos e oleosos, cor verde.	Par	350	318401
36	Luva, de proteção , com palma confeccionada em vaqueta integral dorso, espessura 8/10 linhas, e o dorso em lona vinilica, modelo petroleira, com reforço interno 63ontend63, acabamento o punho em viés, com elástico de ajuste no dorso.	Par	400	460741
37	Luva, pigmentada curta , confeccionada em malha de alagadão tricotada com pigmentos de PVC 63onten face, acabamento em overloque, com elásticos no punho.	Par	3.058	616760
38	Máscara, contra gases , respirador semi facial não descartável, para 2 cartuchos, com elásticos fixas reguláveis para cabeça e pescoço, vedação em borracha e ou silicone para o rosto.	Und	47	601232
39	Máscara, descartável , para proteção das vias respiratórias contra partículas, poeiras, névoas e fumos, tais como amianto, cal, cimento, 63ontend63t, fibras têxteis, minério e ferro, minério de carvão, sabão em pó, talco e outras partículas com limite de tolerância acima de 0,05 mg/m3. Caixa 63ontend 50 unidades	Caixa	569	486880
40	Óculos de Proteção , lente incolor de policarbonato, haste com ajuste telescópico, modelo Rio de Janeiro.	Und	863	618293
41	Perneira de Segurança , confeccionada em material sintético dublado, costuras em solda eletrônica, metatarso em material sintético, talas em PVC rígido, sem 63ontend63ts metálicos, sem furos laterais.	Par	704	618364
42	Protetor Auricular, em PVC, espuma , tamanho único com cordão reutilizável, do tipo inserção, 63ontend de um eixo de 03 flanges maciças e cônicas, todas de dimensões variáveis, 63ontend um orifício no seu interior, moldável a diferentes canais, com caixa plástica, em conformidade com ANSI. S 12.6/2008.	Und	2.000	344554
43	Protetor Auricular, em PVC, tipo plugue , confeccionado em siliconede grau farmacêutico.	Und	36	616645



44	Protetor facial face shield Lorben , Antiembaçante Transparente Proteção TotalMaterial: Policarbonato, silicone, Dimensões do produto: Altura: 18,5cm, Largura superior: 17cm, Largura inferior: 11cm, Peso do produto: 165g.	Und	05	483011
LOTE 02				
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	CATMAT
01	Capacete para Motociclista , articulado, construído conforme a Norma Específica NBR 7471/2001, possuindo o Certificado junto ao INMETRO (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), possui um sistema próprio o qual permite que a queixeira seja aberta através de acionamento único frontal, tornando o capacete originalmente intergral (fechado) em um capacete Jet (aberto), este sistema está registrado no INPI através de Modelo de Utilidade, Carco: injetado em ABS Queixeira; injetado em ABS Pintura; na cor branca, com vernizes a base Poliuretano bi-componente; Ventilação: situada na queixeira, proporcionando o desembacamento da viseira, além da troca de calor na parte interna do capacete; Viseira: confeccionada em policarbonato (PC), com a espessura mínima de 1,5 mm; Acionamento da Viseira: manual, com catraca que proporciona os estágios de abertura; Proteção do Maxilar: confeccionada em borracha EVA conformada com a espessura mínima de 10 mm; Proteção Auricular: confeccionada em borracha EVA, com a espessura de 5 mm; Proteção Interna: berço fabricado em STYTOPOR (isopor) expandido, forrado com espumas de conforto nas espessuras de 5, 10 e 15 mm, com densidade 26, sendo estas espumas dubladas com tecido anti-alérgico; Sistema de Retenção: constituída de 100% polipropileno, construída de forma tubular para que não apresente rupturas ocasionadas pelos constantes atritos, bem como não propicie o alongamento maior que o permitido na norma específica (NBR 7471/2001), com a largura mínima de 20 mm, sendo esta cinta costurada a ancoras estampadas em aço, fixadas ao casco através de rebites aplicados por máquinas automáticas, o fechamento propriamente dito, poderá ser efetuado pelo sistema de "engate rápido" ambos aprovados pelos ensaios previstos na norma específica; Decoração Específica: cor branca, Adesivagem: 1) Adesivos com tratamento de verniz UV com as seguintes características, Brasão da Guarda Municipal de Lauro de Freitas - GMLF (brasão da GM deve ter o tamanho ajustado para preencher o espaço entre as letras G e M) em sua parte posterior medindo 40 mm de altura por 50 mm de largura, ladeados pelas letras "G" e "M" medindo 45 mm de altura e 10 mm de largura, possuirá ainda faixa de 30 mm de largura na cor prata refletivo grau técnico em todo o seu entorno a partir das letras "G" e "M", e com os dizeres Guarda Municipal vazado na parte anterior, deve possuir três faixas com as cores da bandeira do município conforme anexo, Embalagem: as peças devem ser acondicionadas em sacos de kami individuais, e em embalagens coletivas de papelão, contendo 10 (dez) unidades cada, com as seguintes informações externamente, nome da empresa fornecedora, conteúdo, tamanho, número da nota fiscal	Und	16	602829



	de fornecimento, os materiais ferrosos existentes no capacete deverão ser antioxidante, as quantidades de cada tamanho serão definidas após realização de teste de aferição de tamanho com a contratante, após contratação da empresa fornecedora, para este fim será concedido um prazo que será definido, e assim a empresa contratada entregar a contratante um exemplar de cada tamanho do item supracitado para realização do teste.			
02	<p>Capacete Operacional, para Policiamento/Patrolhamento, cor azul marinho, padrão GUARDA MUNICIPAL, com dispositivo interno de ajuste que atende as diferenças anatômicas individuais dos usuários, proporcionando alta resistência a penetração de objetos pontiagudos, com espaços internos que possibilitem o uso de equipamentos de comunicação, espessura de 3 mm, com tolerância +/- 0,3 mm, e indeformável quando submetido às intempéries, mantendo sempre sua forma original sem amassaduras, trincas ou outras formações decorrentes de impactos ou quedas, tamanho único, casco confeccionado em material termo plástico injetado de alta resistência acetil-bute-estireno (ABS), intrinsecamente azul marinho, pigmentação própria no processo de injeção, sem pintura exterior, possuindo elevado grau de absorção de energia de impacto, não condutor de calor, tendo, devido a seu formato, a propriedade de reflexão da energia radiante, permite o seu uso prolongado debaixo do sol, conservando, internamente, uma temperatura normal, proporciona proteção integral ao crânio, o tamanho e o formato devem atender ao estipulado, o mesmo deve receber um acabamento sobre os adesivos com verniz transparente de alta qualidade, evitando assim desuniformidade da superfície do capacete por desgaste ou em ocasião de pancadas inevitáveis em situação de conflito, acabamento no casco externo, liso, borda do casco em toda sua extensão contém guarnição confeccionada na cor preta, em acabamento escamado com alma de aço a afixar-se na borda do casco em toda a sua extremidade sem uso de cola ou adesivos similares, internamente o mesmo contém em sua parte superior, almofada de EVA macia de 5 mm de espessura para a absorção de impactos, Proteção interna 1 - Carneira: feita em couro na cor preta, com um total de 36 (trinta e seis) alternativas, ajustável, variando de 53 a 64 cm, com catraca interna posicionada na parte traseira para regulação através de botão de regulação autotravante, botão este destinado ao ajuste dos tamanhos, a carneira deverá proporcionar o ajuste imediato do tamanho, mesmo estando vestido na cabeça do usuário, possuir ainda caixa anatômica traseira em plástico injetado na posição da nuca, para acondicionamento das engrenagens autobloqueadoras e catracas de ajustes e botão de ajustes e botão de regulação autotravante, 1 - 1 - Cinturão plástico da carneira devendo medir 680 (seiscentos e oitenta) milímetros quando totalmente aberto (botão rosqueado para maior tamanho) e 530 (quinhentos e trinta) milímetros quando totalmente fechado (botão rosqueado para menor tamanho) por 285 (duzentos e oitenta e cinco) milímetros de largura, 1 - 2 - Apoio descartável confeccionado em espuma de densidade 30 kg/m³, rebites de pressão nº 04, EVA para acabamento interno revestido em couro napa, vestuário de 5/7 linhas de espessura, para conforto anterior da testa e laterais, abrangendo 3/4 do diâmetro da carneira, presa em pontos plásticos da fita plástica e</p>	Und	06	469182



	com pontos de fixação em velcro a respectiva suspensão podendo ser retirado para lavagem, 1 - 3 - sistema de carneira (suspensão) deve ser afixado ao casco do capacete através de fixações dispostas em peça plá+B4+B5.			
03	Balaclava para Motociclista , tecido de cotton 92% algodão e 8% elastano, formato anatômico, confortável ao usar o capacete, material que evita machucar as orelhas, isolamento térmico e acústico, toque macio e confortável, material absorvente a umidade, material que evita odores e danificações no capacete, fabricada com material que traz isolamento térmico, rápida dispersão do suor, com toque confortável, tecido especial que possibilite uma maior mobilidade, com estrutura de tecido que absorve e retira o suor, sem que a roupa grude, com secagem ultra rápida, com superfície interna do tecido que absorva a umidade, transportando-a para a face externa do tecido, ao mesmo tempo em que retém o calor, devolvendo-o uniformemente para a pele mantendo a temperatura do corpo sempre estável, face externa do tecido que possua micro poror artificiais que acelerem essa evaporação da umidade da pele e facilita a transpiração natural do corpo, mantendo a proteção térmica mesmo molhada, cor preto.	Und	06	417024
04	Cotoveleira para Motociclista , de uso externo, com a finalidade para auxiliar na redução de traumas nos membros superiores (do cotovelo ao antebraço) em caso de acidente, Preventivo, com características indicado para atividade em pé ou sentado na moto, com facilidade de lavar, sistemas de fixação por tiras de fita de no mínimo 19 mm, com proteção prevenindo problemas de circulação, que não aranje a moto, para pilotagens a trabalho para até 24 horas de uso, protetor rígido feito em ABS com no mínimo 3 mm de espessura, revestido internamente por espuma de etil vinil acetato de no mínimo 5 mm, com densidade 15% dublado com tecido 80% poliamida e 20% PVC, na parte externa e 100% poliamida na parte interna, a fixação da peça ao braço deverá ser feita por tiras de fita de poliamida de no mínimo 20 mm, presas a fivelas reguladoras feitas 100% em polipropileno, dimensões aproximadas do casco em ABS 01: altura 50 mm, comprimento de 120 mm, largura de 170 mm; do casco ABS 02: largura superior 172 mm, largura inferior 140 mm, altura 45 mm, comprimento 190 mm, sistema de fixação: fita superior a 330 mm de comprimento x 30 mm; Elástico de fixação de favela: 100 mm x 30 mm, elásticos inferiores: 80 mm, fita inferior 01 270 mm 30 mm, fita inferior 02 240 mm x 30 mm, corpo em EVA: altura 410 mm, largura 240 mm.	Par	09	294130
05	Jaqueta para Motociclista, jaqueta impermeável com C.A. (certificado de aprovação do Ministério do Trabalho), confeccionada em tecido sintético emborrachado, com espessura mínima de 0,20 mm, composição 33% poliamida (externa), 67% policloreto de vinila (interna), sendo como gramatura 199 gr/m2 e espessura de 0,20 mm, cor azul escuro, o fechamento da jaqueta deverá ser através de overlock de cinco fios e as costuras pespontadas em máquina reta simples, com linha nylon 100% poliamida nº 60, o zíper deverá ser de 70% nylon e 30% poliéster nº 05, na cor com 650 mm de comprimento, este zíper deverá ser protegido por vista fechada	Peça	06	602068



	<p>velcro, montada no sentido contrário ao do fechamento da jaqueta com gola, punhos regulados com elásticos, para melhor ajuste da manga ao punho do usuário, as faixas refletivas ter 50 mm de largura e serem costuradas e impermeabilizadas, conforme segue, no tórax em toda a sua extensão (frontal/dorsal), das mangas, o material refletivo (microprismático) de alta qualidade, retendo a sua cor típica durante o dia e sua retrorrefletividade durante a noite, durante a vida útil da roupa em que estiver aplicada, deverá ser leve e flexível, possuir elevado brilho retrorrefletivo noturno e com aparência diurna na cor prata metálica, o material refletivo deverá ser constituído de micro esferas de vidro de grande angularidade, expostas e agregadas em resina aplicada a tecido composto de 65% poliéster e 35% algodão as faixas devem atender a NBR 15292:2013 (vestuário de segurança de alta visibilidade), processo de impermeabilização todas as costuras deverão ser impermeabilizadas internamente através de processo de selagem por termofusão, através da união de duas camadas de tecido por meio de um filme termofusível isolando completamente as possíveis infiltrações de umidade, também sendo de extrema flexibilidade não comprometendo a impermeabilidade do EPI, logotipo/logomarca em serigrafia frente "Brasão da Guarda Municipal de Lauro de Freitas - GMLF" e nas costas a inscrição "Guarda Municipal", as quantidades de cada tamanho somente serão definidas após realização de teste de aferição de tamanho com a contratante, após contratação da empresa fornecedora, para este fim será concedido um prazo que será definido, e assim a empresa contratada entregar a contratante um exemplar de cada tamanho do item supracitado para realização do teste.</p>			
06	<p>Joelheira para Motociclista, com placas de proteção em plástico injetado, com regulagem e fixação através de elástico com velcro, as placas de proteção devem ser costuradas na altura da canela, do joelho e acima deste, podendo conter tornozeleira acoplada, sem limitação de flexão das pernas, na cor preta, tamanho único (adulto).</p>	Par	09	485723
07	<p>Luva de Couro para Motociclista, luva tática de segurança para motociclistas devendo ser confeccionada em couro natural de origem animal, na cor preta, de alta qualidade, de modelagem 1/2 dedo, punho elástico, com reforço na palma e dorso, forração interna ajustes em velcro e elástico, proteção rígida, alta resistência à impactos e abrasões, proteção nas articulações dos dedos, costuras duplas reforçadas, aplicação on road / off road, as quantidades de cada tamanho somente serão definidas após realização de teste de aferição de tamanho com a contratante, após contratação da empresa fornecedora, para este fim será concedido um prazo que será definido, e assim a empresa contratada entregar a contratante um exemplar de cada tamanho do item supracitado para realização do teste.</p>	Par	06	473481
08	<p>Bota de Segurança em Couro para Motociclista, cor preta, de cano alto com acabamento na borda em tira de napa vestuário dobrada e fixada do início da abertura do fecho até a outra extremidade, cabedal constituído em couro bovino tipo vaqueta de flor integral não impregnada, na cor preta 100% semi-fosca,</p>	Par	11	460692



<p>hidrofugao, espessura de 1,8 a 1,0 mm, resiste à penetração de água no mínimo 120 minutos e resistência mínima de 15 N/mm² de primeira qualidade, entende-se como "primeira qualidade" material não corrigido na flor com lixa de qualquer natureza, verificando-se para tal comprovação os requisitos resistência, beleza, conforto, durabilidade e outros que se fizerem necessários, sem marcas, isenta de cortes, furos, cicatrizes, bem como sinais de parasitas, ou seja, carrapatos, bernês e outros defeitos provocados por riscos de cerca, marcas de fogo, etc, o couro é reforçado em reforçado em camadas, sendo dublado com tecido de fibras têxteis e etileno-acetato de vinil com 3 mm de espessura e densidade de 0,12 g/cm³ que proporciona melhor isolamento térmico e proteção a pequenos impactos, as áreas de articulações e colarinho com desenho anatômico feito em napa vestuário com recheio de espuma de poliuretano com 6 mm de espessura, densidade de 0,70 g/cm³ e costuras formando gomos, para melhorar o conforto ao caminhar, movimentar e pilotar motocicleta, sendo que no colarinho um gomo na parte traseira e um gomo na parte dianteira e nas áreas de flexão 15 gomos na dianteira e 12 gomos na traseira, as áreas de proteção na lateral externa entre a borda do solado e o cabedal, a taloneira e o reforço da gáspea para contato com alavanca de marcha devem ser constituídas de borracha linear de alta elasticidade, medindo 1,5 mm de espessura e estarem fixadas através de costuras duplas, sendo que o reforço da gáspea e a taloneira devem estar sobrepostas à estas partes estruturais e acompanhar o desenho de cada peça, a forração interna deve ser construída em sistema de meia com membrana 100% impermeável e respirável, feita de poliéster especial que não é poroso, a membrana deve ser extremamente elástica (> 300%) e por isso é especialmente adequada para uso em calçados, a membrana deve ser 100% impermeável e ao mesmo tempo permeável ao vapor de água, a estrutura molecular do material é especial de poliéster e têm um efeito condutor ao vapor de água, portanto, o vapor de água compacto pode penetrar na membrana e se mover ao longo das cadeias moleculares até a saída na parte externa do calçado, a direção desse movimento é determinada pela direção da concentração do vapor de água gradiente, a bota deve obrigatoriamente possuir este sistema com pelo menos 75% altura do eixo do cano e atender aos critérios técnicos de controle Water Proofing Dinamic Test e às especificações técnicas e ensaios laboratoriais segundo as normas NBR ISO 20344 e EN ISO 14268 que constituem especificações e critérios de ensaios, a forração interna juntamente com a membrana ainda deve ser dublada em micro filamentos, com tecido de rápida dispersão e selagem das costuras com fita hot-melt para garantir a impermeabilização e transpiração interna. O solado deve ser composto em bi-componente e bi-densidade, sendo a primeira camada em borracha massa grip desenhado com derrapante tipo Anabela com travamento mínimo para pedal, sendo que na região do enfraque deve possuir uma elevação na borda lateral para estruturação do movimento de pilotagem e a segunda camada não pode ser exposta, constituída em recheio de etil arilafrezada em formato anatômico medindo 15 mm no salto, 5 mm no enfraque e 7 mm na planta vulcanizada na primeira camada de</p>			
---	--	--	--



	forma que proporcione melhor conforto e absorção de impacto, a bota deve atender todos os ensaios especificados a norma NBR ISO 20344 e 20347, calçados de uso ocupacional e possuir Certificado de Aprovação (C. A.) aprovado nesyta norma em epígarfe e estar gravado no cabedal de forma visível juntamente com data de fabricação, o C. A. deve ter memorial descritivo especificando bota para uso em motociclismo, na lateral externa e na região do calcanhar, a bota deve possuir refletivo de alta reflexibilidade noturna 3 M ou similar na cor cinza, medida mínima de 17 mm por 90 mm em formato linear ao desenho da taloneira e na lateral 13 mm na maior área por 100 mm entre as extremidades não lineares (numeração 40), na borda do cano, um sistema de ajuste na região da panturrilha deve ser incorporado, internamente revestido com malha de neoprene emborrachada ou similar e recoberto com protetor FIT (ajustável), flexível e acolchoado, para que o usuário possa controlar e adequar conforme a sua necessidade e conforto, o peso da bota deve ser menor ou igual 850 g (pé número 40) e a diferença entre a massa do pé esquerdo do calçado e a massa do pé direito não deve ultrapassar 10 gramas, conforme norma NBR 14835, a altura deve ser de 350 mm, medindo externamente da base do solado até a borda do cano e 320 mm internamente a partir da palmilha montagem até a borda do cano (número 40), as quantidades de cada tamanho somente serão definidas após realização de teste de aferição de tamanho com a contratante, a'pos contratação da empresa fornecedora, para este fim será concedido um prazo que será definido, e assim a empresa contratada entregar a contratante um exemplar de cada tamanho do item supracitado para realização do teste.			
LOTE 03				
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	CATMAT
01	Bastão Sinalizador , eletrônico a LED para trânsito, compacto, resistente medindo aproximadamente 160 mm de comprimento x 35 mm de diâmetro, possuir baixo consumo de energia, Led's de alto brilho, acompanhado carregador bivolt AC 100~230 v / 50 / 60 HZ e carregador veicular DC 12 v.	Und	60	282199
02	Barreira Sinalizadora , possuir para encaixe de pisca de advertência interno e externo, com suas alças na parte superior para facilitar o transporte, fabricado em polietileno, de baixa densidade, com proteção contra raios UV resistentes interpéries, dimensões de aproximadamente 100 x 55 x 50 cm, com peso aproximadamente 7,0 kg, cor laranja, com faixas refletivas.	Und	67	396803
03	Cavelete Plástico de Sinalização , com Altura do Cavelete Montado: 1 metro, Largura do Cavelete Montado: 1 metro, Peso do Cavelete Vazio com 2 Travessa: 7kg, Peso do Conjunto com areia ou água: 32kg e Cor Padrão: Laranja com Fita Refletiva.	Und	44	480054
04	Cilindro Canalizador , com aproximadamente 7,0 kg, em composto plástico, com aproximadamente 110 cm de altura x 40 cm de altura x 40 de profundidade, base em torno de 65 cm, com faixas refletivas, possuir alça para facilitar o transporte, cor laranja.	Und	14	452910



05	Corrente Sinalização , Kit 3 Pedestal de Isolamento e 6 Metros De Corrente Sinalização Isolamento - PRETO E AMARELO -Pedestal confeccionado em três partes- base soprada em polipropileno, tubo em PVC e tampa injetada em Poliacetal com dois ganchos opostos do mesmo material da tampa. Características- Cor- Amarelo/Preto. Tamanho do Pedestal- Altura 90cm Diâmetro da Base- 23cm Diâmetro do tubo- 5m Tamanho da Corrente- 6 metros - Corrente injetada em polipropileno de alta resistência. Possui elos para junção a cada 33cm. Largura do elo- 21 mm Altura do elo- 6 mm Diâmetro do elo -38 mm Tamanho- 6 metros Aplicação- Produto para uso temporário, isolamento, sinalização de trânsito, estacionamentos, obras, práticas esportivas, etc.	Und	20	271309
LOTE 04				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	CATMAT
01	Corda para Amarração , 8,0 mm, fabricado em seda, traçada, na cor verde.	Und	604	365370
LOTE 05				
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	CATMAT
01	Apito profissional - Fox 40, material plástico e silicone, na cor vermelha, características da medida aproximada do apito: 2,0 x 4,0 x 2,2 cm e do cordão: 33,5 cm.	Und	50	466183
02	Bandeira para Sinalização , cor amarela e vermelha; tecido Nylon 240 (paraquedas); retangular; nas dimensões 900x750 mm; com bordas dobradas e costuradas; com reforço em lona de 40 mm; fixados 02 (dois) olhais de latão de primeira qualidade de diâmetro externo de 30 mm em cada extremidade de um dos lados menores da bandeira. Poderá ser Impresso em ambos os lados da bandeira a logomarca do serviço de salvamento. Todas as costuras aplicadas as Bandeiras devem ser duplas em linha 100% poliéster, na cor amarela. Deverá acompanhar a bandeira 2 tirantes em poliamida medindo cada um 10x300 mm, com acabamento térmico em suas pontas, para que não permita desmanchar suas tramas.	Und	40	293082
03	Binóculo , cor preto; peso 215 gramas; tipo 100x22; Ampliação: 100x; material da lente: bak4; revestimento óptico: fmc; diâmetro do ocular: 10mm; diâmetro da lente objetiva: 20mm; distância da visão: 3000-30000m; tamanho: aproximado 11*5*7cm/4.33*1.97*2.76in.	Und	02	442425
04	Maleta de Primeiros Socorros , material plástico; cor transparente; Itens: 01 Álcool 70 c30 ml, 02 cloreto de sódio 10 ml, 01 spray antisséptico 45 ml, 01 micropore pequena, 01 cx curativo c/10un, 01 gaze estéril.	Und	21	342067
05	Máscara de Mergulho , material silicone; cor preta; com snorkel.	Und	02	486648
06	Máscara Ressuscitadora para RCP MD Pocket , material PVC livre de látex e atóxico, transparente; não descartável; válvula unidirecional removível de alta eficiência; almofada macia para evitar fuga de ar e possibilitar maior conforto ao paciente; elástico para manter a máscara fixada ao paciente; Conector de 15 mm para acoplar equipamentos de auxílio respiratório, como ressuscitadores manuais e oxigênio.	Und	50	455049
07	Nadadeira , material de borracha termoplástica, TPR macio, na cor	Und	50	614001

Nome do M



	amarelo e vermelho, características: solado com frisos antiderrapantes. Pala em Eva com bordas arredondadas que canalizam a água, que propicia uma batida de perna.			
08	Prancha , para salvamento aquático, tipo long board, com tamanho de 9 pés (podendo variar +/- 1,0%), com largura mínima de 22 polegadas e máxima 24 polegadas. Rabeta round, feita de bloco de Teccel de poliuretano de alta densidade e longarina de madeira caixeta, laminação usando resina C400 tecido de fibra de vidro WR 160 resistente a infiltração, com duas camadas de 6 onças no fundo e 3 camadas de 6 onças no deck; 04 alças de borracha no mínimo 2,50 cm, e máximo 3,50 cm de espessura, todas na parte frontal (duas de cada lado) utilizando encaixe tipo copinho. Uma quilha central fixa de fibra de vidro com o tamanho mínimo 6 polegadas e no máximo 9 polegadas. Antiderrapante na parte superior da prancha em borracha de Eve com o comprimento de 1 metro e 5 milímetros de espessura. A prancha será confeccionada na cor amarela com o descritivo salva vidas e a cruz vermelha de salvamento.	Und	10	617449
09	Rescue Tube Rescue Tube (flutuador salva vidas) , espuma maciça microporosa de pvc; flutuabilidade 100/120K G positivos; cor amarelo, laranja ou vermelha; corda 2,6 metros; cadaço de nylon de 25MM de largura; 900mm a 1.000mm x 130mm a 150mm x 70mm a 80mm.	Und	20	609935
LOTE 06				
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	CATMAT
01	Protetor Solar para pele à base de V. Betametazona + Sulf. Gentamicina; Fator de Proteção 60; Loção cremosa não oleosa com ação de no mínimo 02 horas com odor suave e agradável, não tóxico e seguro, que não cause irritação dérmica; que não obstrua os poros; não deve provocar manchas na pele ou nas roupas; com amplo espectro de ação e de coloração branco. Embalagem contendo no mínimo 120 ml; com nome do fabricante e prazo de validade de no mínimo 2 anos e deverá constar o número do registro na ANVISA/MS.	Und	1.192	405890
02	Protetor Solar Labial FPS 30 com vitaminas A e E ampla proteção UA-A e UV-B em embalagem bastão com a seguinte composição: Benzoato e C 12-15, parafina, octocrileno, metoxicinamato de etilexila, cera de eufobia cerifera, óleo de canola, salicilato de etilexila. Adipadode dibutila, cera de abela sintética, trimetilsiloxislicato, bis – etilexitoxiferso / metoxifenil tnazina, álcool vetílico, poliestileno, ozoquenda, aroma, acetado de tocoferila, palmitatode retinila.	Und	792	405892
LOTE 07				
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	CATMAT
01	Garrafa térmica , material 2,5L em PU; cor vermelha; isolamento térmico em PU com eficiência térmica de até 4 horas para líquidos frios, comprimento 21cm; largura 16,5cm; altura 26,6cm; peso 0,505kg.	Und	235	468441
LOTE 08				
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	CATMAT
01	Mascara para solda , confeccionada em laminado de resina	Und	04	396951



	fenólica (Celeron) de alta densidade fornecida com visor basculante (articulado) visor incolor; não há ajustes de tonalidade do visor. Máscara com escudo basculante que permite elevação do escudo por meio de botões localizados nas laterais do mesmo. Possui suspensão hipoalergênica com ajuste por meio de presilha e cinta (ajuste simples) ou por meio de cinta e catraca (ajuste por catraca). Destinada a operações de soldagem em que haja necessidade de proteção contra radiação infravermelha, ultravioleta e luminosidade intensa provenientes dos processos de soldagem. Possui acabamento externo do escudo na cor preta fosca.			
02	Óculos para Solda (oxiacetilenica) , lente única em duropolicarbonato, tonalidade 5 com tratamento antirrisco, filtra ultravioleta e infravermelho, para ser usado em solda oxiacetilênica ou em outras aplicações onde haja necessidade de proteção contra raios infravermelhos, orifícios para cordão. Hastes reguláveis em quatro estágios.	Und	12	417399
03	Óculos transparente ampla visão , constituídos de armação confeccionada em uma única peça de plástico flexível incolor ou cinza transparente, com sistema de ventilação indireta composto de 10 (dez) fendas na parte superior e 12 (doze) fendas na parte inferior, tirante elástico preto para ajuste à face do usuário e visor de policarbonato incolor ou cinza.	Und	07	321891

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, V

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Isto posto, observamos os apontamentos a seguir:

Na presente etapa do processo cumpre-nos fazer um levantamento de mercado a fim de verificar qual as modalidades do serviço/produto usualmente fornecidas no mercado e qual se adequa melhor à necessidade da Administração.

Para o caso em epígrafe, a solução que está apta a atender a necessidade de prevenir os acidentes mais graves dos funcionários dos órgãos públicos municipais é a aquisição de produtos de EPI.

As especificações dos itens são comuns e seus padrões são usuais de mercado, dispondo o mercado de um leque de opções de produtos e fornecedores, inclusive atestados por pesquisa de mercado em Banco de Preços.

Destarte, fazendo um levantamento de contratações similares feitas pela Administração Pública, somado à experiência pretérita desta Administração, chegou-se à conclusão de que a Solução mais apropriada é a contratação de empresa para que ela possa fornecer de forma parcelada, proporcional à necessidade da Administração, de modo que não sobrecarregue o almoxarifado da Prefeitura, com a garantia e suporte necessários.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, VI

O quantitativo estimado da contratação, de um modo geral, sempre deverá obedecer aos aspectos, fatores, elementos e estudos que lhe dão suporte para possibilitar a economia de escala. A análise do contexto partirá dos critérios qualitativos e quantitativos, além da forma como a necessidade se apresenta e todo e qualquer elemento que contribua para o estudo da previsão dos quantitativos.

O entendimento predominante referente a estimativa de valor do ETP é que essa estimativa é necessária para basilar os referenciais de preço das cotações a serem utilizadas na composição de preços do Termo de Referência.

Ocorre que, se ao realizar a pesquisa referencial de preços forem atendidos todos os critérios da Lei de Licitações e da Instrução Normativa que regulamenta a pesquisa de preços, não há óbice para a utilização das mesmas cotações no Mapa de Preços.



Ao utilizar a mesma pesquisa de preços no Mapa de Preços e na estimativa de valor do Estudo Técnico Preliminar, promove-se a transparência, a eficiência e a confiabilidade do processo de contratação, contribuindo para uma tomada de decisão mais embasada e assertiva, desde que realizada nos moldes e criteriosos parâmetros da Lei de Licitações vigente e suas instruções normativas.

Ou seja, os preços utilizados não são meramente uma breve estimativa, mas sim uma pesquisa de preço fidedigna e baseada nos procedimentos legais. Além disso, a reutilização da pesquisa de preços economiza tempo e recursos, evitando a duplicação de esforços e permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis.

Portanto, as pesquisas de preços foram realizadas utilizando o Banco de Preços, fonte extremamente confiável. Essa fonte proporciona uma gama de informações atualizadas sobre o objeto.

O valor global estimado é de **R\$ 1.747.532,78 (Hum milhão, setecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e dois reais e setenta e oito centavos)**

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, VII

A proposta de solução envolve a contratação de uma empresa especializada na Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para garantir a segurança e bem estar dos funcionários da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas. Essa contratação foi considerada imprescindível em razão da relevância de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para a operação de serviços públicos essenciais.

A solução como um todo para a contratação de empresa especializada para Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para garantir a segurança e bem estar dos funcionários da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas no desempenho de suas atividades públicas foi resultado da busca pela realização de um processo licitatório motivado, transparente, pautado na preservação da competitividade, considerando o valor estimado de aquisição, para que seja alcançada uma aquisição com bons índices de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, com critérios de seleção dos fornecedores e especificações técnicas adequadas para a finalidade pública a que se destina.

A adoção da modalidade de Pregão Eletrônico, por meio do Registro de Preços, se mostra a melhor solução diante da inviabilidade de precisão do quantitativo a ser contratado, do impacto orçamentário que representaria a aquisição em valor inferior ou superior ao necessário, das contratações similares realizadas por outros órgãos públicos e das propostas de fornecedores. Deverá ocorrer o monitoramento e controle das demandas, bem como o acompanhamento do fornecimento, contribuindo para o bom funcionamento dos serviços públicos oferecidos à população do município de Lauro de Freitas.

Trata-se de serviço e material comum, cujo as especificações podem ser bem definidas através dos seus padrões de desempenho e/ou qualidade, objetivamente definidas por meio de especificações usuais no mercado, vide art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021.

Para o fornecimento dos objetos pretendidos, a empresa escolhida para futura contratação deverá comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título de habilitação técnica exigidos no edital.

A contratação poderá ser realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, através do procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE.

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. Ademais, a contratação do referido material deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

Para que o objeto seja concretizado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características deste, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente, os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei n. 14.133/2021, bem como buscar aderência aos padrões do mercado.

Referente ao cumprimento de prazos: A empresa contratada deve ser capaz de cumprir os prazos estabelecidos. Isso é essencial para garantir a realização do evento dentro do cronograma planejado.

A adoção da modalidade de Pregão Eletrônico, por meio do Registro de Preços, se mostra a melhor solução diante da inviabilidade de precisão do quantitativo a ser contratado e do impacto orçamentário.

Deverá ocorrer o monitoramento e controle das demandas, bem como o acompanhamento do fornecimento, contribuindo para o bom funcionamento dos serviços públicos oferecidos à população do município de Lauro de Freitas.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, VIII



Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

A solução como um todo para a contratação deverá ser agrupada em lotes, ponderando que o conjunto de itens de cada lote são de mesma natureza e guardam similitudes entre si. O parcelamento parcial, justifica-se por alguns pontos que serão objetos de análise a seguir:

O fracionamento da licitação por item deve levar em consideração as condições necessárias para o atendimento dos interesses da administração pública, bem como devem respeitar a integridade qualitativa do objeto. É comum que existam empresas que trabalhem especificamente com um único tipo de item, entretanto, tal situação não se funda como argumento e critério obrigatório para que a administração pública realize todos os seus processos licitatórios separando e adjudicando item por item dos produtos que integram um mesmo objeto e necessidade.

Neste sentido, é importante vislumbrar que as contratações realizadas pela administração pública visam o atendimento de um serviço ou necessidade e que, tais necessidades podem necessitar de uma solução integrada e com prazos específicos de solução. Nesses casos, é necessário que exista compatibilidade e similaridade entre os itens do objeto licitado.

“TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - SÚMULA Nº 247

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, **cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.” (Grifos nossos)

O parcelamento parcial através de lotes, aqui em questão, não pretende diminuir a concorrência dos licitantes, pois se apresenta de forma congruente e em conjunto com outros itens do mesmo lote, pois os produtos se qualificam na mesma escala de identificação que é de produtos de limpeza e materiais descartáveis. Ou seja, a apresentação dos lotes desta forma, não frustra o caráter competitivo da disputa e não apresenta prejuízos a administração.

Vale salientar que de acordo com o Art. 40 da Lei 14.133/2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte: [...] V - atendimento aos princípios: [...] b) do parcelamento, **quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso**; [...]

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados: I - **a viabilidade da divisão do objeto em lotes**; II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando: I - **a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor**; II - **o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido**; III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

É nesse mesmo sentido que conforme preceitua Justen Filho:

"a obrigatoriedade do fracionamento respeita limites de ordem técnica e econômica. Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável ou, mesmo, recomendável. O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. (...) a unidade do objeto a ser executado não pode ser destruída através do fracionamento" (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11.ed. São Paulo: 2005, Dialética, p. 207).

Além disso, Carvalho Carneiro reflete sobre a viabilidade técnica nos seguintes termos:

"a viabilidade técnica diz respeito à integridade do objeto, não se admitindo o parcelamento quando tal medida implicar na sua desnaturação, onde em risco a satisfação do interesse público em questão [...]" (CARNEIRO, Daniel Carvalho. O



parcelamento da contratação na lei de licitações. Revista Diálogo Jurídico, ano IV, n.3., setembro/2004, p.85/95).

O TCU, no Acórdão nº 732/2008 - PLENÁRIO, se pronunciou no sentido de que:

"[...] a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto".

As citações acima mencionadas reiteram que o fracionamento é viável em diversos momentos, sobretudo quando o objetivo principal for o atendimento dos interesses da administração pública, integridade qualitativa do objeto e viabilidade ou não do parcelamento. Ou seja, tal princípio deve sempre ser analisado sob a ótica do caso concreto.

No caso em tela, por se tratar de produtos de limpeza e materiais descartáveis, a realização da presente licitação em lotes, perfaz-se como a opção mais satisfatória para a administração do ponto de vista da eficiência técnica, tendo em vista que todos os itens derivam de características similares, sendo assim, não há cerceamento da ampla competição, bem como mantém o melhor gerenciamento, maior facilidade no cumprimento nos cronogramas de fornecimento e a concentração da responsabilidade pela execução do objeto em uma só contratada. Além disso, é possível um ganho na economia de escala, pois os custos de entrega e demais encargos adicionais incidirão somente sobre um contratado e, conseqüentemente, uma redução dos preços a serem pagos pela administração.

Dessa forma, a missão da Administração é garantir a compatibilidade e concordância dos objetivos do certame com as leis e princípios que regem os atos licitatórios, mas também fazer com que os propósitos da contratação sejam alcançados.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, IX

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município, bem como atendimento das demandas do objeto em tela, pelo período de 12 (doze) meses. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

Como resultados diretos da contratação busca-se: garantir ambientes limpos e seguros, contribuindo para a saúde dos funcionários e cidadãos que utilizam os serviços, bem como atender as exigências legais e sanitárias que demandam a conservação adequada dos espaços públicos.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, X

Não se aplica integralmente.

As providências prévias à celebração da contratação a serem adotadas pela Administração são de natureza organizacional. Não sendo necessário para o caso concreto a migração de contratos, contratações interdependentes ou correlacionadas, nem providências condicionantes para resolução do objeto.

Podemos analisar como critérios básicos da natureza organizacional: a designação de servidores competentes para a gestão e fiscalização do contrato; formação de critérios claros e objetivos para a fiscalização; implementação de mecanismos para o controle das obrigações pactuadas e solução ágil de eventuais problemas; dentre outros.

De forma geral, as providências prévias devem assegurar a eficiência, transparência e legalidade do processo de contratação, bem como o adequado acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, visando garantir a efetiva entrega dos materiais e o cumprimento dos objetivos pretendidos.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, XI

Destacamos que não se faz necessária a realização de quaisquer outras contratações correlatas, e/ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objeto desta contratação seja atingido, cabendo à pessoa jurídica contratada a prática de todos os atos necessários à execução dos fins pretendidos.



12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, XII

Não foi identificado nenhum impacto ambiental relevante que possivelmente decorra da contratação em tela.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, XIII

Considerando que o fornecimento do material é essencial ao apoio e manutenção da limpeza dos ambientes públicos para a continuidade das atividades dos servidores, colaboradores e pleno atendimento as necessidades dos munícipes, onde a equipe de planejamento considera viável a realização de nova contratação, haja visto a previsão no PCA de 2025. Destarte, com base nos elementos anteriores do presente documento de estudo técnico preliminar, essa equipe de planejamento DECLARA que é viável a presente contratação.

Lauro de Freitas-BA, 21 de fevereiro de 2025.

Tiago Barbosa da Costa de Aguiar
Matrícula: 121648

Tassio Lima Muniz Azevedo
Secretário de Administração



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

LAURO DE FREITAS /BA, ____ de ____ de ____.

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

LAURO DE FREITAS /BA, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO V
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL

DADOS DA LICITAÇÃO		
PREGÃO Nº	PROCESSO Nº	OBJETO

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL
ENDEREÇO		
TELEFONE	FAX	EMAIL
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº

DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO		
NOME		
RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF

VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS	PRAZO DE EXECUÇÃO
--------------------------------	-------------------

LOTE xxx				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
TOTAL GERAL				
TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				

OBSERVAÇÕES:

1 - Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.



ANEXO VII
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

VALIDADE: ____/____/____

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na _____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA**, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou _____ a(o) [entidade da Administração Indireta], nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025**, e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº _____, homologado em _____ e publicado no Boletim Oficial do Município de LAURO DE FREITAS/BA nº ____, de _____, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para garantir a segurança e bem estar dos funcionários da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas.

DADOS DA EMPRESA				
RAZÃO SOCIAL				
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL		
ENDEREÇO				
TELEFONE	FAX	EMAIL		
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº		
LOTE/ITEM XXX				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
TOTAL GERAL				
TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O Registro de Preços terá duração de 12 (doze) meses contados a partir da data de publicação da Ata na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE EXECUÇÃO

3.1 A execução dos serviços cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Execução correspondente.

Parágrafo único – Cada Ordem de Execução conterà, sucintamente:

- a) o número da Ata;
- b) a descrição do serviço;
- c) o local de entrega e hora;
- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;



g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

4.1 Recebimento

4.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.1.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.1.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.2 Liquidação

4.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

4.2.1.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

4.2.2.1 o prazo de validade;

4.2.2.2 a data da emissão;

4.2.2.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

4.2.2.4 o período respectivo de execução do contrato;

4.2.2.5 o valor a pagar; e

4.2.2.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

4.2.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.5 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

4.2.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.2.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como



quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.2.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.2.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

4.3 Prazo de pagamento

4.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

4.4 Forma de pagamento

4.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.4.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

CLÁUSULA QUINTA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

5.1 As entregas deverão ocorrer impreterivelmente dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento, nota de empenho ou documento equivalente. Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração localizado na Avenida Brigadeiro Alberto de Costa, nº 756 – Aracui – Lauro de Freitas/BA, ou outro a ser determinado pelo setor demandante, o qual será indicado na OF - Ordem de Fornecimento, ou Nota de Empenho.

5.2 Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:



a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

d) Multa:

(1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;

(2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;

(3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

6.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

6.4. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

6.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

6.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

6.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

6.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

6.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

6.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de



Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

6.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

7.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.7.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.7.3. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.7.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.7.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 24.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.7.6. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.7.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.7.7. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.7.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.7.9. Por razão de interesse público;

7.7.10. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____ e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em ____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)



ANEXO VIII MINUTA DO CONTRATO

Termo de Contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA**, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou a (o) _____ [entidade da Administração Indireta], como **CONTRATANTE**, e a _____, como **CONTRATADA**, para _____ [prestação de serviços/fornecimento contínuo] na forma abaixo.

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na _____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA**, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], e a sociedade _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº _____, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), PARA GARANTIR A SEGURANÇA E BEM ESTAR DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº xxxx/2024, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ _____ (_____ reais).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

4.1 Recebimento

4.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



4.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.1.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.1.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.2 Liquidação

4.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

4.2.1.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

4.2.2.1 o prazo de validade;

4.2.2.2 a data da emissão;

4.2.2.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

4.2.2.4 o período respectivo de execução do contrato;

4.2.2.5 o valor a pagar; e

4.2.2.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

4.2.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.5 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

4.2.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.2.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.2.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.2.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

4.3 Prazo de pagamento

4.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento



4.3.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.3.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.3.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.3.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.3.6 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

5.1 Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados anualmente, a contar do orçamento estimado, salvo dispositivo legal que de outro modo discipline a matéria ou no caso de desequilíbrio econômico-financeiro na relação contratual;

5.2. Adota-se o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou, na falta deste, o que vier a substituí-lo para correção do valor inicialmente contratado;

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

6.1 Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

7.1 A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____).

CLÁUSULA OITAVA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1 A Gestão da Ata de Registro de Preços ou Contrato ficará a cargo da Secretaria da Administração.

8.2 A Fiscalização da Ata de Registro de Preços ou Contrato ficará a cargo da Secretaria da Administração, com a responsabilidade pela fiscalização do servidor Silas dos Santos Reis, com a matrícula nº. 120789.

8.3 A gestão e fiscalização dos serviços ficará sob responsabilidade do representante designado pela SECAD e da Comissão designada através de Portaria para tal finalidade, que estará disponível para maiores dúvidas e informações.

8.4 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

8.6 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

8.8 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

8.9 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.



8.10 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

8.11 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.12 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 O instrumento contratual que vier a ser celebrado durante a validade da Ata de Registro de Preço, poderá ter vigência de até 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, se for de interesse da Administração, conforme Art. 106, da Lei 14.133/2021.

9.2 A duração do contrato poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme Art. 107, da Lei 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.2 Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

10.3 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca;

10.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.5 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.6 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.8 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

10.9 Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

10.10 Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos utilizados para a prestação de serviços, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe ainda a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligência resultante da prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;

11.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



11.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.7 À SECAD fica reservado o direito de paralisar ou suspender a qualquer momento a execução do contrato, caso haja qualquer infringência das normas legais ou procedimentos aplicados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

12.1 As entregas deverão ocorrer impreterivelmente dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento, nota de empenho ou documento equivalente. Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração localizado na Avenida Brigadeiro Alberto de Costa, nº 756 – Aracui – Lauro de Freitas/BA, ou outro a ser determinado pelo setor demandante, o qual será indicado na OF - Ordem de Fornecimento, ou Nota de Empenho.

12.2 Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

XXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar



a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

d) **Multa:**

(1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;

(2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;

(3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

16.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

16.4. Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

16.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

16.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

16.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

16.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

16.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

16.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);



16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- (a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “i”, “ii”, e “iv” da Cláusula anterior;
- (b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- (c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “iii” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

19.1 Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO



Fica eleito o Foro da Comarca do Município de LAURO DE FREITAS/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Boletim Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)